

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

DEIWSOHNENRIQUE GOMES FERREIRA

**Estudo do Desenvolvimento Humano no Bairro Resistência
(Vitória-ES)**

**VITÓRIA
2008**

DEIWSOHNENRIQUE GOMES FERREIRA

**Estudo do Desenvolvimento Humano no Bairro Resistência
(Vitória-ES)**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia, apresentado a Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aurélia Hermínia Castiglioni.

**VITÓRIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F383e Ferreira, Deiwson Henrique Gomes, 1982-
Estudo do desenvolvimento humano no Bairro Resistência (Vitória-
ES) / Deiwson Henrique Gomes Ferreira. – 2008.
91 f. : il.

Orientadora: Aurélia Hermínia Castiglioni.

Co-Orientadores: Gutemberg Hespanha Brasil e Bárbara Brandão de Almeida Prado.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Índice de desenvolvimento humano. 2. Indicadores. 3. Vitória (ES).
I. Castiglioni, Aurélia Hermínia. II. Brasil, Gutemberg Hespanha. III.
Prado, Bárbara Brandão de Almeida. IV. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. V. Título.

CDU: 330

Aos meus queridos pais Jurandil e Sueli,
que sempre me apoiaram.

Aos meus irmãos Anderson e Alisson.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro a Deus e à minha família por me darem condições para concretizar esta importante etapa de minha vida.

À minha orientadora Aurélio Hermínia Castiglioni, por ter se mostrado compreensiva com as minhas dificuldades e por suas valiosas contribuições imprescindíveis na consecução deste trabalho.

Aos professores membros da banca, que prontamente aceitaram participar da banca examinadora, pelas contribuições e sugestões feitas para enriquecer esta pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas do Mestrado em Economia.

Ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia (FACITEC), pelo apoio financeiro.

A todos que de uma forma ou de outra ajudaram na concretização desta pesquisa.

A grandeza de uma nação pode
ser julgada pelo modo que seus
animais são tratados.

Mahatma Gandhi.

RESUMO

O presente trabalho procurou estudar o desenvolvimento humano no bairro Resistência pertencente à região do São Pedro no município de Vitória-ES, com base no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e do Índice de Condições de Vida (ICV). Esse último é uma extensão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo mais informações, isto é, enquanto o IDH engloba apenas três dimensões: saúde, educação e renda, incorporadas em quatro indicadores, o ICV incorpora além destas a infância e habitação, totalizando 18 indicadores. Esse estudo se faz necessário para obter informações relacionadas às condições de vida da população local com o intuito de auxiliar nas políticas públicas locais. Sendo que este cálculo poderá ser feito periodicamente, servindo ainda como diagnóstico e avaliação das políticas implementadas, indicando as áreas onde ocorrem as maiores deficiências, sinalizando assim a necessidade de intervenções públicas nestas áreas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. A metodologia utilizada na pesquisa foi baseada na adotada pela Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) do ano de 1998, uma vez que, o IDH-M e o ICV foram criados por estes dois órgãos. Os dados foram levantados pela aplicação de 317 questionários em uma amostra de domicílios do bairro Resistência, estatisticamente definida. Os principais resultados encontrados foram: 1- O IDH-M do bairro Resistência encontrou-se na faixa de médio desenvolvimento humano, ($0,5 < \text{IDH-M} < 0,8$) resultando no valor 0,769 e o ICV da região estudada situou-se na faixa de elevado desenvolvimento humano, ($\text{ICV} > 0,8$), sendo mais precisamente da ordem de 0,813. 2- As dimensões longevidade e renda situaram-se na categoria de médio desenvolvimento humano, enquanto a dimensão educação situou-se na categoria de elevado desenvolvimento humano para o IDH-M. Já as áreas educação e renda foram as que obtiveram piores resultados no ICV, ambas situadas na faixa de médio desenvolvimento humano, as demais áreas situaram-se na faixa de alto desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Indicadores, Vitória, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Condições de Vida.

ABSTRACT

This work aimed to study the human development in the neighborhood Resistência belonging to the region of São Pedro in the city of Vitória-ES, based on the calculation of the Municipal Human Development Index (HDI-M) and Living Conditions Index (LCI). The latter is an extension of the Human Development Index (HDI), covering more information, that is, while the HDI comprises only three dimensions: health, education and income, embodied in four indicators, the LCI incorporates the addition of these children and housing, total of 18 indicators. This study is necessary to obtain information relating to living conditions of local people in order to help the local public policies. Since this calculation can be done periodically, serving as a diagnosis and evaluation of policies implemented, indicating the areas where the greatest failures occur, thus signaling the need for public interventions in these areas for improving the quality of life of the community. The methodology used in the research was based adopted by João Pinheiro Foundation (FJP) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA) of 1998, since the HDI-M and LCI were created by these two bodies. Data were collected by the application of 317 questionnaires in a sample of homes of neighborhood Resistência, statistically defined. The main findings were: 1 - The HDI-M of neighborhood Resistência found himself in the range of medium human development ($0.5 < \text{HDI-M} < 0.8$) resulting in the value LCI 0.769 and studied the region remained in the range of high human development, ($\text{LCI} > 0.8$), and more specifically the order of 0.813. 2 - The size and longevity income they remained in the category of medium human development, while the size education remained in the category of high human development for the HDI-M. Already the areas education and income were the worst results they obtained in the LCI, both located in the range of medium human development, the other areas were found to be in the range of high human development.

Key words: Human Development, Indicators, Vitória, Index of Human Development, Living Conditions Index.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – O IDH DOS ESTADOS BRASILEIROS (2000).....	21
TABELA 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NO ANO 2000.....	22
TABELA 3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) DAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS NO ANO 2000.....	23
TABELA 4 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NOS ANOS 1991 E 2000.....	24
TABELA 5 – LIMITES E PESOS DOS INDICADORES DO IDH-M POR DIMENSÃO.....	29
TABELA 6 – LIMITES E PESOS DOS INDICADORES POR BLOCO.....	30
TABELA 7 – COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASCULINIDADE ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	45
TABELA 8 – GRAU DE PARENTESCO EM RELAÇÃO AO CHEFE DA FAMÍLIA.....	45
TABELA 9 – COMPARAÇÃO DO GRAU DE PARENTESCO EM RELAÇÃO AO CHEFE DA FAMÍLIA ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	46
TABELA 10 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO PESQUISADA NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	46
TABELA 11 – COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM RELAÇÃO AO CHEFE DA FAMÍLIA ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	47
TABELA 12 – COMPARAÇÃO DOS GRUPOS DE IDADE ENTRE OS DADOS DO CENSO E DA POPULAÇÃO ESTUDADA.....	48
TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA QUINQUÊNAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA.....	48
TABELA 14 – COMPARAÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	49
TABELA 15 – NATURALIDADE MUNICIPAL DA POPULAÇÃO PESQUISADA NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	50
TABELA 16 – NATURALIDADE ESTADUAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	50
TABELA 17 – MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	51
TABELA 18 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES PESQUISADOS NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	52
TABELA 19 – QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS POR NÚMERO DE CÔMODOS NO BAIRRO RESISTÊNCIA.....	52
TABELA 20 – ÓBITOS DE MENORES DE UM ANO NO BAIRRO RESISTÊNCIA DE 2002 ATÉ 2007.....	58

TABELA 21 – IDH-M DO BAIRRO RESISTÊNCIA NO ANO DE 2007.....	74
TABELA 22 – ICV DO BAIRRO RESISTÊNCIA NO ANO DE 2007.....	75
TABELA 23 – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE EM 1970, 1980 E 1991 (ICV, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO).....	79
TABELA 24 – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE EM 1970, 1980 E 1991 (INFÂNCIA, RENDA E HABITAÇÃO).....	80

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – IDH-M DO BAIRRO RESISTÊNCIA POR DIMENSÃO.....	76
GRÁFICO 2 – ICV DO BAIRRO RESISTÊNCIA POR BLOCO.....	76

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO RESISTÊNCIA NA REGIÃO SÃO PEDRO E NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.....	40
MAPA 2 – BAIRRO RESISTÊNCIA DIVIDIDO EM SETORES CENSITÁRIOS.....	44

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Índice de Condições de Vida

ICV-E – Índice de Condições de Vida - Educação

ICV-H – Índice de Condições de Vida - Habitação

ICV-I – Índice de Condições de Vida - Infância

ICV-L – Índice de Condições de Vida - Longevidade

ICV-R – Índice de Condições de Vida - Renda

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano - Educação

IDH-L – Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDH-R – Índice de Desenvolvimento Humano - Renda

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poder de Compra

PRB – Population Reference Bureau

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

TMI – Taxa de Mortalidade Infantil

WWF-Brasil – *World Wildlife Fund* - Brasil

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	14
2- O IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	18
2.1- O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	25
2.2- OBJETIVOS.....	25
3- METODOLOGIA.....	27
3.1- MODELO ANALÍTICO.....	28
3.2- ESTRUTURA DO IDH-M.....	29
3.3- ESTRUTURA DO ICV.....	30
3.4- DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	30
3.4.1- IDH-M: DIMENSÃO 1 - LONGEVIDADE.....	30
3.4.2- IDH-M: DIMENSÃO 2 - EDUCAÇÃO.....	31
3.4.3- IDH-M: DIMENSÃO 3 - RENDA.....	32
3.4.4- ICV: BLOCO 1 - LONGEVIDADE.....	34
3.4.5- ICV: BLOCO 2 - EDUCAÇÃO.....	34
3.4.6- ICV: BLOCO 3 - INFÂNCIA.....	35
3.4.7- ICV: BLOCO 4 - RENDA.....	36
3.4.8- ICV: BLOCO 5 - HABITAÇÃO.....	37
3.5- ÁREA DE ESTUDO.....	38
3.6- FONTE DOS DADOS.....	42
3.7- DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	42
3.8- PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	43
4- RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
4.1- FÓRMULAS E CÁLCULOS DO IDH-M E DO ICV.....	53
4.1.1- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO LONGEVIDADE.....	53
4.1.2- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO.....	54
4.1.3- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO RENDA.....	55
4.1.4- CÁLCULO DO IDH-M.....	56
4.1.5- ICV: CÁLCULO DO BLOCO LONGEVIDADE.....	56
4.1.6- ICV: CÁLCULO DO BLOCO EDUCAÇÃO.....	59
4.1.7- ICV: CÁLCULO DO BLOCO INFÂNCIA.....	63
4.1.8- ICV: CÁLCULO DO BLOCO RENDA.....	66
4.1.9- ICV: CÁLCULO DO BLOCO HABITAÇÃO.....	70
4.1.10- CÁLCULO DO ICV.....	73
4.2- ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	74
5- CONCLUSÃO.....	77
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXOS.....	84

1- INTRODUÇÃO

A preocupação com a mensuração da atividade econômica vem de longa data¹. Inicialmente, buscava-se medir quanto foi produzido. Depois passou-se a relacionar o produto com a qualidade de vida da população ou nação. Mais tarde com o propósito de fazer comparações passou-se a trabalhar com o produto per capita, relacionando produção e população. Porém, este indicador ocultava a desigualdade na distribuição da renda, forçando a busca de outras informações para que se pudesse fazer uma análise realista da situação. Evidencia-se, assim, a necessidade de se obter indicadores que captassem a influência de outras variáveis além da renda e população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), indicadores sociais são dados estatísticos sobre aspectos da vida de uma população que, em conjunto, retratam o estado social dessa população e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento.

Para Rua (2004), existem diversos conceitos de indicadores, expressando perspectivas sutilmente diferenciadas. Segundo a autora, indicadores não são simplesmente dados, mas uma balança que nos permite “pesar” os dados ou uma régua, que nos permite “aferir” os dados em termos de qualidade, resultado, impacto, etc., dos processos e dos objetivos dos eventos. Assim, os indicadores são medidas, ou seja, são uma atribuição de números a objetos, acontecimentos ou situações, de acordo com certas regras.

Segundo Kayano (2001), indicadores são instrumentos importantes para controle da administração pública, por permitirem comparar situações entre localidades distintas ou entre períodos de tempo diferentes de um mesmo município, estado ou região. Pode-se dizer que os indicadores são importantes ferramentas para a administração pública e um instrumento fundamental para a fiscalização da gestão pública por parte dos movimentos populares.

¹ Os primeiros trabalhos sobre a mensuração da atividade econômica, segundo ROSSETTI (1986), datam do século XVII com os estudos de PETTY e KING na Inglaterra e de BOISGUILBERT na França. “Os estudos de PETTY datam de 1665; estão reunidos em *Annual Income and Expanse of the People*. Os de KING datam de 1696; estão reunidos em *Natural and Political Observations and Conclusions upon the State and Condition of England*. Os de BOISGUILBERT datam de 1697, estão reunidos em *Détail de la France*.”

Os indicadores servem também para identificar tendências, alterações, processos e comportamentos; indicar prioridades e necessidades para a formulação e avaliação de políticas públicas; possibilitar a comparação entre países, estados ou municípios, como, por exemplo, acompanhar as mudanças do padrão de vida de determinada cidade num período determinado de tempo, ou comparar cidades ou países num mesmo período.

De acordo com Souza (1994), há entre os autores divergências a respeito do conceito de desenvolvimento econômico; porém duas abordagens se sobressaíram. A primeira delas define o desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico; a outra, define o desenvolvimento como o crescimento acompanhado da melhoria da qualidade de vida da população, sendo esta última corrente a mais aceita atualmente.

Para Vasconcelos (2002), por exemplo, há uma diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Crescimento econômico está relacionado ao crescimento da renda nacional per capita, e um país só estará realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda per capita, estiver também melhorando os indicadores sociais.

Segundo Maia (2008), pode haver crescimento econômico, mas se não houver distribuição justa, não há desenvolvimento. O desenvolvimento, isto é, a melhoria nas condições de vida da população depende também do aumento de produtividade, o que ocorre a partir de investimentos na área de ciência e tecnologia, incrementando o crescimento econômico. Com o aumento da produtividade influenciado pelo avanço tecnológico, melhora-se o nível de vida da população, inclusive na área educacional.

Hoje, conceituado com um aumento da produção, o crescimento econômico gera uma série de impactos negativos (degradação) sobre os recursos naturais e ambientais. No longo prazo, estes impactos negativos levam a uma deterioração irreversível das reservas destes recursos, prejudicando desta forma o desempenho e a prosperidade das economias. O estudo do nível de degradação dos recursos naturais e ambientais e sua relação com o nível de crescimento econômico de uma nação, são desta forma, de grande importância.

Fica claro, portanto a necessidade de um crescimento econômico sustentável, onde as preocupações com a qualidade dos serviços de educação e saúde levem ao desenvolvimento do capital humano e ao desenvolvimento social. E todas as atividades nessas áreas dediquem atenção especial ao meio ambiente a fim de assegurar a sustentabilidade do crescimento econômico.

Atualmente, as discussões estão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável que segundo a World Wildlife Fund - Brasil (WWF-Brasil, 2008), a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Assim o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de mudança social, político, econômico e cultural voltado para uma distribuição de renda justa, erradicação da pobreza, buscando alcançar uma melhoria do padrão de vida da população, satisfazendo-a em suas necessidades humanas básicas.

Tendo em vista esse conceito de desenvolvimento e com o propósito de fazer comparações entre os países, passou-se a trabalhar com índices que medissem a qualidade de vida.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi o primeiro indicador a atender essa demanda, reunindo em um único número a influência de três dimensões: a renda, a saúde medida pela longevidade e a educação.

Para o desenvolvimento do presente estudo, a dissertação foi estruturada como segue:

No primeiro capítulo inicia-se a abordagem mais aprofundada sobre o IDH e apresentam-se os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

O segundo capítulo destina-se ao estudo da metodologia empregada na pesquisa, bem como a descrição do perfil da área de estudo e da população pesquisada, assim como a fonte dos dados e a definição da amostra.

No terceiro capítulo apresentam-se as fórmulas, cálculos, resultados e discussões obtidos no trabalho, assim como a análise destes resultados.

Para finalizar, apresentam-se as principais conclusões do trabalho que apontam a importância das políticas públicas e algumas sugestões para o poder público local e comparações dos resultados obtidos na pesquisa.

2 - O IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999), o IDH foi criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração do também economista, Amartya Sen, indiano, laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1998. Inicialmente a construção de um índice sintético para medir o desenvolvimento sofreu resistência de vários setores, inclusive do próprio Amartya Sen que no prefácio do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1999 declarou:

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número - a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.

(Organização das Nações Unidas - ONU, 1999)

O Índice de Desenvolvimento Humano foi elaborado para substituir o Produto Interno Bruto (PIB) per capita (ou renda per capita), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Por tratar-se apenas de uma média de renda esse indicador não reflete a realidade do padrão de vida da população devido ao problema da concentração de renda existente. Assim o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano abrangendo não só o aspecto econômico, mas também o aspecto da qualidade de vida da população.

Conforme mencionado, o IDH constitui-se de uma média de três indicadores: IDH-Renda (IDH-R), IDH-Longevidade (IDH-L) e IDH- Educação (IDH-E).

O IDH-R é medido pela renda per capita em dólar, corrigido pelo PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países) buscando avaliar o acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente da população; o IDH-L é medido pela expectativa de vida ao nascer (ou esperança de vida), buscando avaliar o desfrute de uma vida longa e saudável e o IDH-E é medido pela taxa de analfabetismo (ou taxa de alfabetização de adultos com 15 anos e mais de idade – com peso de 2/3) e pelo número de matrículas nos três graus de ensino (ensino fundamental, médio e superior – com peso de 1/3) buscando medir o grau de conhecimento da população.

Ainda segundo o PNUD (1999), apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial, e é hoje calculado não somente para países e estados, mas também para municípios.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado para comparações espaciais e temporais, isto é, comparar o nível da qualidade de vida entre os países e o desempenho desse índice ao longo do tempo para o mesmo país.

O índice assume valores entre zero e um sendo que quanto mais próximo de um melhor a qualidade de vida do país e quanto mais próximo de zero, pior a qualidade de vida do país.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1999), o grau de desenvolvimento de uma sociedade medido pelo IDH compreende três níveis a saber:

- i) Alto desenvolvimento humano com IDH acima de 0,8;
- ii) Médio desenvolvimento humano com IDH entre 0,5 e 0,8 e;
- iii) Baixo desenvolvimento humano com IDH abaixo de 0,5.

Com o passar do tempo, o Índice de Desenvolvimento Humano, proposto pela ONU foi sendo modificado e aperfeiçoado, inclusive na sua forma de calcular, porém sua concepção básica não foi alterada.

Outras variáveis vão sendo agregadas ao IDH formando outros índices mais complexos e completos. Um exemplo desses índices é o ICV (Índice de Condições de Vida) que de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP, 1996), apesar de ser construído através de metodologia semelhante ao do IDH, incorpora um leque maior de indicadores de desempenho sócio-econômico, visando captar, de uma forma mais abrangente, o processo de desenvolvimento social; assim tornou-se um desafio manter a simplicidade dos índices na mensuração da qualidade de vida.

O cálculo do IDH iniciou-se para comparar as condições de vida dos países. Posteriormente o índice foi calculado para comparar a qualidade de vida dos estados; sendo que o Brasil foi o primeiro país a fazer esse cálculo para seus estados. Hoje o IDH é também calculado para cidades brasileiras; é o chamado IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que serve para subsidiar a formulação de políticas públicas locais.

Segundo o PNUD (2003), para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

No Brasil podemos constatar pela tabela 1 que há estados brasileiros nos dois primeiros níveis de desenvolvimento humano no ano de 2000, sendo cinco com alto desenvolvimento humano, e os outros 22 restantes com médio desenvolvimento humano, recebendo destaque o Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro com os maiores índices.

De acordo com a tabela 1, o Espírito Santo aparece apenas na décima primeira colocação com um IDH médio de 0,765, estando logo atrás de Minas Gerais e Mato Grosso com 0,773.

No Espírito Santo, Vitória alcançou a liderança estadual, dentre os 77 municípios, com um alto IDH-M da ordem de 0,856 para o ano 2000, sendo o 18º maior índice do Brasil

que contém 5507 municípios ao todo, seguida por Vila Velha com índice também elevado de 0,817, vindo em seguida os municípios de Iconha, Guarapari e Santa Teresa com índices médios de desenvolvimento humano, conforme a tabela 2.

TABELA 1 – O IDH DOS ESTADOS BRASILEIROS (2000)

Colocação	Unidade da Federação	IDH
1º	Distrito Federal	0,844
2º	Santa Catarina	0,822
3º	São Paulo	0,820
4º	Rio Grande do Sul	0,814
5º	Rio de Janeiro	0,807
6º	Paraná	0,787
7º	Mato Grosso do Sul	0,778
8º	Goiás	0,776
9º	Minas Gerais	0,773
10º	Mato Grosso	0,773
11º	Espírito Santo	0,765
12º	Amapá	0,753
13º	Roraima	0,746
14º	Rondônia	0,735
15º	Pará	0,723
16º	Amazonas	0,713
17º	Tocantins	0,710
18º	Pernambuco	0,705
19º	Rio Grande do Norte	0,705
20º	Ceará	0,700
21º	Acre	0,697
22º	Bahia	0,688
23º	Sergipe	0,682
24º	Paraíba	0,661
25º	Piauí	0,656
26º	Alagoas	0,649
27º	Maranhão	0,636

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (www.ipea.gov.br).

**TABELA 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
(IDH-M) DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO NO ANO 2000**

Município	IDH-M	Classificação por UF	Classificação Nacional
Vitória	0,856	1	18
Vila Velha	0,817	2	261
Iconha	0,790	3	805
Guarapari	0,789	4	817
Santa Teresa	0,789	5	833
Anchieta	0,785	6	948
Ibiraçu	0,780	7	1066
Venda Nova do Imigrante	0,778	8	1114
Piúma	0,776	9	1157
Colatina	0,773	10	1255
Aracruz	0,772	11	1280
Cachoeiro de Itapemirim	0,770	12	1332
Dores do Rio Preto	0,768	13	1367
João Neiva	0,765	14	1445
Bom Jesus do Norte	0,765	15	1449
Castelo	0,762	16	1523
Serra	0,762	17	1538
Rio Novo do Sul	0,760	18	1583
Linhares	0,757	19	1684
Marechal Floriano	0,755	20	1737
Alfredo Chaves	0,754	21	1761
Fundão	0,752	22	1824
São Roque do Canaã	0,751	23	1856
Cariacica	0,750	24	1886
Itaguaçu	0,748	25	1925
São José do Calçado	0,745	26	2018
Marilândia	0,745	27	2038
Guaçuí	0,743	28	2088
Mimoso do Sul	0,742	29	2103
São Gabriel da Palha	0,742	30	2116
Itarana	0,741	31	2127
Alegre	0,739	32	2187
Nova Venécia	0,738	33	2198
Viana	0,737	34	2253
Domingos Martins	0,736	35	2281
São Mateus	0,730	36	2438
Iúna	0,729	37	2459
Atilio Vivacqua	0,729	38	2466
Vargem Alta	0,727	39	2483
Rio Bananal	0,725	40	2521
Santa Maria de Jetibá	0,724	41	2549
Marataízes	0,723	42	2552
Muniz Freire	0,723	43	2555
Apiacá	0,723	44	2556
Muqui	0,722	45	2581
Ibatiba	0,721	46	2598
Irupi	0,719	47	2636
Laranja da Terra	0,719	48	2649
Afonso Cláudio	0,717	49	2670
Montanha	0,717	50	2679

Fonte: IPEA / FJP / PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2000.

Entre as capitais de estados brasileiros, Vitória apresenta um bom desempenho, ficando em terceiro lugar, estando atrás apenas das capitais Florianópolis, com um IDH alto de 0,875, e Porto Alegre com um IDH também alto da ordem de 0,865. Vitória e Curitiba obtiveram IDH de 0,856, conforme a tabela 3.

A tabela 4 apresenta os IDH-M dos 50 primeiros municípios de todo o Brasil nos anos de 1991 e 2000. Nota-se que em 1991 Vitória apresentava um IDH-M médio e igual a 0,797, sendo o 19º maior do país e em 2000 este índice aumentou para 0,856 passando para a categoria de alto IDH e assim o município alcançou a 18ª colocação na classificação nacional.

TABELA 3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) DAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS NO ANO 2000

Município	UF	IDH-M	Classificação por UF	Classificação Nacional
Florianópolis	SC	0,881	1	4
Porto Alegre	RS	0,865	4	11
Vitória	ES	0,856	1	18
Curitiba	PR	0,856	1	19
Brasília	DF	0,845	1	53
Rio de Janeiro	RJ	0,842	2	60
São Paulo	SP	0,841	18	68
Belo Horizonte	MG	0,839	3	80
Goiânia	GO	0,832	2	115
Cuiabá	MT	0,821	3	221
Campo Grande	MS	0,814	2	307
Belém	PA	0,806	1	444
Salvador	BA	0,805	1	471
Palmas	TO	0,800	1	561
Recife	PE	0,797	3	626
Aracaju	SE	0,794	1	708
Natal	RN	0,787	1	874
Fortaleza	CE	0,786	1	927
João Pessoa	PB	0,783	1	985
Boa Vista	RR	0,779	1	1100
São Luís	MA	0,778	1	1112
Manaus	AM	0,774	1	1206
Macapá	AP	0,772	1	1276
Teresina	PI	0,767	1	1420
Porto Velho	RO	0,763	2	1508
Rio Branco	AC	0,753	1	1779
Maceió	AL	0,739	1	2181

Fonte: IPEA / FJP / PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2000.

**TABELA 4 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
(IDH-M) DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NOS ANOS 1991 E 2000**

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM- Renda 1991	IDHM- Renda 2000	IDHM- Longevidade 1991	IDHM- Longevidade 2000	IDHM- Educação 1991	IDHM- Educação
São Caetano do Sul (SP)	0,842	0,919	0,832	0,896	0,782	0,886	0,913	0,975
Águas de São Pedro (SP)	0,848	0,908	0,834	0,918	0,811	0,874	0,898	0,933
Niterói (RJ)	0,817	0,886	0,827	0,891	0,717	0,808	0,908	0,960
Florianópolis (SC)	0,824	0,875	0,803	0,867	0,771	0,797	0,898	0,960
Santos (SP)	0,838	0,871	0,825	0,873	0,775	0,788	0,913	0,952
Bento Gonçalves (RS)	0,799	0,870	0,749	0,799	0,787	0,873	0,860	0,938
Balneário Camboriú (SC)	0,797	0,867	0,782	0,859	0,751	0,803	0,857	0,940
Joaçaba (SC)	0,816	0,866	0,752	0,793	0,814	0,856	0,881	0,949
Porto Alegre (RS)	0,824	0,865	0,818	0,869	0,748	0,775	0,907	0,951
Fernando de Noronha (PE)	0,759	0,862	0,676	0,829	0,761	0,835	0,840	0,923
Carlos Barbosa (RS)	0,768	0,858	0,721	0,791	0,743	0,841	0,839	0,942
Caxias do Sul (RS)	0,793	0,857	0,764	0,807	0,756	0,818	0,858	0,945
Joinville (SC)	0,779	0,857	0,729	0,776	0,761	0,859	0,846	0,936
Jundiaí (SP)	0,807	0,857	0,777	0,826	0,788	0,816	0,855	0,928
Vinhedo (SP)	0,789	0,857	0,763	0,848	0,780	0,831	0,825	0,893
Curitiba (PR)	0,799	0,856	0,793	0,846	0,728	0,776	0,875	0,946
Selbach (RS)	0,796	0,856	0,682	0,809	0,822	0,838	0,883	0,920
Vitória (ES)	0,797	0,856	0,793	0,858	0,715	0,762	0,882	0,948
Blumenau (SC)	0,813	0,855	0,762	0,797	0,810	0,824	0,867	0,945
Luzerna (SC)	0,764	0,855	0,639	0,742	0,814	0,879	0,840	0,943
Ribeirão Preto (SP)	0,822	0,855	0,798	0,823	0,800	0,823	0,869	0,918
Lacerdópolis (SC)	0,734	0,854	0,649	0,796	0,760	0,856	0,792	0,909
Santana de Parnaíba (SP)	0,790	0,853	0,836	0,880	0,746	0,772	0,788	0,906
Campinas (SP)	0,811	0,852	0,815	0,845	0,746	0,787	0,871	0,925
Ivoti (RS)	0,794	0,851	0,727	0,766	0,811	0,847	0,843	0,939
Quatro Pontes (PR)	0,742	0,851	0,636	0,730	0,726	0,878	0,864	0,944
Saltinho (SP)	0,781	0,851	0,742	0,776	0,767	0,872	0,835	0,906
Videira (SC)	0,774	0,851	0,696	0,742	0,793	0,867	0,834	0,945
Ilha Solteira (SP)	0,813	0,850	0,746	0,769	0,772	0,847	0,922	0,934
Jaraguá do Sul (SC)	0,790	0,850	0,750	0,779	0,761	0,819	0,860	0,952
Veranópolis (RS)	0,786	0,850	0,712	0,788	0,780	0,842	0,865	0,921
Concórdia (SC)	0,774	0,849	0,689	0,765	0,808	0,855	0,824	0,927
Iomerê (SC)	0,769	0,849	0,694	0,750	0,814	0,856	0,800	0,941
Pato Branco (PR)	0,752	0,849	0,704	0,759	0,715	0,851	0,836	0,937
Pomerode (SC)	0,765	0,849	0,688	0,768	0,762	0,827	0,846	0,952
São José (SC)	0,798	0,849	0,729	0,784	0,801	0,839	0,863	0,925
São José dos Campos (SP)	0,805	0,849	0,763	0,800	0,776	0,815	0,877	0,933
Araçatuba (SP)	0,787	0,848	0,749	0,811	0,758	0,825	0,854	0,909
Chapecó (SC)	0,761	0,848	0,676	0,747	0,799	0,855	0,807	0,943
Entre Rios do Oeste (PR)	0,755	0,847	0,680	0,745	0,726	0,872	0,859	0,923
Nova Petrópolis (RS)	0,791	0,847	0,713	0,777	0,822	0,847	0,837	0,916
Paulínia (SP)	0,790	0,847	0,752	0,811	0,765	0,805	0,854	0,924
Braço do Norte (SC)	0,739	0,846	0,632	0,786	0,800	0,833	0,786	0,919
Presidente Prudente (SP)	0,794	0,846	0,760	0,804	0,766	0,810	0,856	0,924
Maripá (PR)	0,747	0,845	0,672	0,729	0,740	0,875	0,828	0,931
Santa Maria (RS)	0,792	0,845	0,735	0,785	0,756	0,817	0,885	0,932
Urussanga (SC)	0,762	0,845	0,657	0,747	0,800	0,866	0,830	0,921
Brasília (DF)	0,799	0,844	0,801	0,842	0,731	0,756	0,864	0,935
Farroupilha (RS)	0,777	0,844	0,745	0,775	0,772	0,818	0,813	0,939
Nova Bassano (RS)	0,771	0,844	0,687	0,783	0,808	0,827	0,817	0,921

Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M>.

2.1- O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

São várias as dimensões que afetam a qualidade de vida de uma população. Um indicador para que possa refletir a real condição de uma população deve envolver o maior número delas possível. Além disso, deve evitar as distorções naturais quando se trabalha com médias.

Acredita-se que a desagregação espacial do indicador facilita a obtenção de números mais realistas. Os indicadores calculados para um bairro de uma cidade, certamente serão mais precisos e úteis do que aqueles para o município como um todo. Mais preciso, porque a população de um bairro é geralmente, mais homogênea do que a da cidade como um todo, reduzindo deste modo as distorções provocadas pelas médias. Mais úteis, porque poderão subsidiar políticas públicas ao permitirem a realização de um diagnóstico daquela parte da cidade.

Servirão ainda, como instrumento auxiliar na avaliação das políticas implementadas, quando calculados periodicamente.

Pretende-se com este estudo, a obtenção de informações para a formulação de políticas públicas para o município de Vitória, pois essas informações vêm de indicadores simples, objetivos e sensíveis que quando calculados periodicamente, permitem o diagnóstico e avaliação das políticas públicas.

Calculando esses indicadores da forma mais atualizada possível, pode-se verificar se o desenvolvimento da comunidade, ao longo do tempo, foi positivo ou não para atender às necessidades básicas da população e detectar os problemas vivenciados pela comunidade, afim de que possam ser solucionados através de investimentos nas áreas onde ocorrerem os piores resultados nas dimensões abordadas pelo índice, permitindo a melhora da qualidade de vida no município.

2.2- OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida para o bairro Resistência da região do São Pedro no

município de Vitória.

Especificamente, pretende-se:

- i) Identificar as dificuldades para calcular indicadores para sub-áreas do município.
- ii) Obter informações sobre a região em estudo, para que essas possam auxiliar na elaboração e avaliação das políticas públicas locais.
- iii) Demonstrar as diferenças existentes na qualidade de vida da região escolhida em relação ao município como um todo.

3- METODOLOGIA

A metodologia aqui empregada baseia-se naquela desenvolvida pelas equipes da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) na construção dos indicadores e índices publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil em 1998 e no PNUD para o cálculo do IDH-M e do ICV de modo que seja possível fazer a análise comparativa dos indicadores do município, como um todo, com a da região em estudo.

De acordo com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2000), indicadores espacialmente desagregados são úteis para mensurar as desigualdades de desenvolvimento humano existentes num país. Principalmente em países como o Brasil que apresentam uma vastidão territorial e uma enorme desigualdade na distribuição da renda. Assim, em 1996, o PNUD e o IPEA publicaram o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, apresentando o IDH para as grandes regiões e por Estado.

Mesmo a desagregação por estado não é suficiente para captar as desigualdades espaciais no Brasil. Assim surgiu o interesse em aplicar os conceitos e medidas do desenvolvimento humano a unidades geopolíticas administrativas ainda mais desagregadas que o nível estadual. Então foram criados no ano de 1996 pela FJP associada ao IPEA, o IDH-M e o ICV. Este último era constituído por 14 indicadores agrupados em quatro dimensões.

Em 1998 a FJP ampliou o ICV acrescentando um novo bloco. Além da longevidade, educação, infância e renda, a habitação passou a incorporar o índice.

A metodologia utilizada neste trabalho será a mesma empregada pela FJP em 1998 com 4 indicadores agrupados em 3 dimensões para a composição do IDH-M e 18 indicadores alocados em cinco blocos para a composição do ICV.

3.1- MODELO ANALÍTICO

De acordo com o PNUD (2000), a metodologia básica adotada na construção dos índices IDH-M e ICV segue três etapas. Na primeira etapa, são escolhidos os indicadores a serem obtidos e definidas as variáveis utilizadas no seu cálculo. Além disso, define-se como serão agrupados em blocos.

A segunda etapa consiste em transformar as diversas variáveis em índices cujos valores variam entre zero e um, de tal forma que valores mais elevados indiquem melhores condições de vida. Obter, a partir de uma variável, um índice com essas características requer: (i) escolher o pior e o melhor valor possíveis da variável; e (ii) com base no valor observado para a variável e nos limites estabelecidos para ela, obter o índice através da fórmula:

$$\text{Índice} = (\text{valor observado para a variável} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$$

Esta expressão garante que o índice sempre permaneça entre zero e um, ao menos enquanto o valor observado pela variável permanecer dentro dos limites estabelecidos. Além disso, quanto mais o valor observado se aproximar do valor delimitado como melhor, mais o índice tenderá para o valor um (melhor situação). Ao contrário, quando o valor observado se aproximar do pior valor, o índice tenderá para zero (pior situação).

A terceira etapa envolve a escolha dos pesos a serem atribuídos a cada indicador para permitir que se calcule o índice agregado para o bloco que é a média aritmética dos indicadores que integram este bloco ponderado pelos seus respectivos pesos.

Assim o índice do bloco educação, por exemplo, seria dado por:

$$I_e = \sum \Phi \cdot I_i / \sum \Phi$$

Em que:

I_e = Índice do bloco educação;

Φ = Peso;

I_i = Índice Associado a cada variável.

Aos indicadores de cada bloco será associado um peso segundo a sua importância para a qualidade de vida da população em estudo.

A média aritmética ponderada pelos respectivos pesos dos índices dos blocos resulta num índice sintético que mede a condição de vida dos habitantes da área em foco.

Esse índice sintético é dado pela fórmula:

$I_s = \sum I_b \cdot \gamma$, em que:

I_s = Índice sintético;

I_b = Índice do bloco;

γ = Peso associado a cada bloco.

3.2- ESTRUTURA DO IDH-M

O IDH-M baseia-se em 4 indicadores agrupados em 3 dimensões. A tabela 5 apresenta as escolhas para o melhor valor e para o pior valor de cada um dos 4 indicadores utilizados na construção do IDH-M com seus respectivos pesos na dimensão e no índice.

TABELA 5 – LIMITES E PESOS DOS INDICADORES DO IDH-M POR DIMENSÃO

Indicadores por dimensão	Melhor valor	Pior valor	Peso na dimensão	Peso no índice
Dimensão 1: Longevidade	1	0	1	1/3
Esperança de vida ao nascer (anos)	85	25	1	1/3
Dimensão 2: Educação	1	0	1	1/3
Taxa de analfabetismo (pop. + 15 anos) (%)	0	100	2/3	2/9
Taxa bruta de frequência à escola (pop. 7 a 22 anos) (%)	100	0	1/3	1/9
Dimensão 3: Renda	1	0	1	1/3
Renda familiar per capita média	Log 1560,17	Log 3,90	1	1/3

Fonte: ONU, Human Development Report, 1994.

3.3- ESTRUTURA DO ICV

O ICV baseia-se em 18 indicadores agrupados em cinco blocos. A tabela 6 apresenta as escolhas para o melhor valor e para o pior valor de cada um dos 18 indicadores utilizados na construção do ICV com seus respectivos pesos no bloco e no índice.

TABELA 6 – LIMITES E PESOS DOS INDICADORES POR BLOCO

Indicadores por bloco	Melhor valor	Pior valor	Peso no bloco	Peso no índice
Bloco 1: Longevidade	1	0	1	1/5
Esperança de vida ao nascer (anos)	85	25	1/2	1/10
Taxa de mortalidade infantil (por mil crianças nascidas vivas)	0	320	1/2	1/10
Bloco 2: Educação	1	0	1	1/5
Número médio de anos de estudo (pop. + 25 anos) (anos)	15	0	1/4	1/20
Taxa de analfabetismo (pop. + 15 anos) (%)	0	100	1/2	1/10
Porc. com até 4 anos de estudo (pop. + 25 anos) (%)	0	100	1/12	1/60
Porc. com até 8 anos de estudo (pop. + 25 anos) (%)	25	100	1/12	1/60
Porc. com mais de 11 anos de estudo (pop. + 25 anos) (%)	50	0	1/12	1/60
Bloco 3: Infância	1	0	1	1/5
Porc. de crianças que não freqüentam a escola (pop. de 7 a 14 anos) (%)	0	100	1/2	1/10
Defasagem escolar média (pop. de 7 a 14 anos) (%)	0	6	1/8	1/40
Porc. com defasagem maior que um ano (pop. de 7 a 14 anos) (%)	0	100	1/8	1/40
Porc. de crianças trabalhando (pop. de 10 a 14 anos) (%)	0	100	1/4	1/20
Bloco 4: Renda	1	0	1	1/5
Renda familiar per capita média ajustada (sal. Min. de set/91)	1,364	0,050	1/2	1/10
Desigualdade (índice L de Theil padronizado: $L = 1 - e^{-L}$)	0	1	1/4	1/20
Hiato de renda quadrático médio (P^2)	0	0,9	1/4	1/20
Bloco 5: Habitação	1	0	1	1/5
Porc. da pop. que vive em domic. com densidade acima de 2 pes. por dormitório	0	100	1/4	1/20
Porc. da pop. que vive em domic. Duráveis	100	0	1/4	1/20
Porc. da pop. que vive em domic. com abastecimento adequado de água	100	0	1/4	1/20
Porc. da pop. que vive em domic. com instalações adequadas de esgoto	100	0	1/4	1/20

Fonte: ONU, Human Development Report, 1994.

3.4- DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Serão utilizados as seguintes variáveis para o cálculo do IDH-M e do ICV de acordo com a FJP (1998):

3.4.1- IDH-M: DIMENSÃO 1 - LONGEVIDADE

Conforme o PNUD (2003), para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade o IDH nacional e o IDH municipal usam a esperança de vida ao nascer.

Esse indicador mostra qual a média de anos que a população nascida naquela localidade no ano de referência deve viver - desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Quanto menor for a mortalidade registrada em um município, maior será a esperança de vida ao nascer. O indicador é uma boa forma de avaliar as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto as provocadas por causas externas (violências e acidentes).

O Censo 2000 é a base de cálculo de todo o IDH-M. Para se chegar ao número médio de anos que uma pessoa vive a partir de seu nascimento são utilizados os dados do questionário expandido do Censo. O resultado dessa amostra é expandido para o restante da população daquele município.

O cálculo da esperança de vida ao nascer é complexo e envolve várias fases. No caso da esperança de vida por município, as estatísticas do registro civil são inadequadas. Por isso, o cálculo do IDH-M passa por técnicas indiretas para se chegar às estimativas de mortalidade. A base são as perguntas do Censo sobre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos ainda vivos na data em que o Censo foi feito. A partir daí são calculadas proporções de óbitos. Aplica-se, então, uma equação que transforma essas proporções em probabilidade de morte. A próxima etapa é transformar essas probabilidades em tábuas de vida, de onde é extraída a esperança de vida ao nascer.

Para transformar esse número de anos em um índice, usa-se como parâmetro máximo de longevidade, 85 anos, e, como parâmetro mínimo, 25 anos.

3.4.2- IDH-M: DIMENSÃO 2 - EDUCAÇÃO

De acordo com o PNUD (2003), para medir o acesso à educação da população de uma localidade, o IDH-M considera dois indicadores: a porcentagem de pessoas alfabetizadas entre os moradores com mais de 15 anos de idade daquele lugar (com peso dois no cálculo final) e a taxa de frequência bruta a salas de aula (peso um).

Para medir o acesso à educação em grandes sociedades, como um país, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. Quando o foco está em núcleos sociais menores, como municípios, esse indicador é menos eficaz, pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra, distorcendo as taxas de matrícula. Daí a opção pelo indicador de frequência à sala de aula, que é baseado em dados censitários. O que se pretende aferir é a parcela da população daquela cidade que vai à escola em comparação à população municipal em idade escolar.

Pelo calendário do Ministério da Educação, aos 7 anos uma criança deve iniciar o primeiro ciclo do ensino fundamental. Aos 15 anos, o jovem deve ingressar na primeira série do ensino médio, e, aos 22 anos, concluir o ensino superior. Esse calendário indica que a maioria da população deveria estar envolvida no processo de aprendizado entre as idades de 7 e 22 anos. Por isso, ao se avaliar o acesso das pessoas ao conhecimento, divide-se o total de alunos nos três níveis de ensino pela população total dessa faixa etária. A esse indicador se dá o nome de taxa bruta de frequência escolar.

O outro critério para a avaliação da educação de uma população é o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos. Ele se baseia no direito constitucional de todos os brasileiros de terem acesso às oito séries do ensino fundamental. Ao final desse período, que, pelo calendário normal se encerraria aos 14 anos de idade, espera-se que o indivíduo seja capaz de ler e escrever um bilhete simples. Daí a opção por se medir essa capacidade na população com 15 anos de idade ou mais. A taxa de alfabetização é obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município pesquisado.

Se considerarmos que as taxas de alfabetização e de frequência já variam entre 0 e 1 (0% a 100%), torna-se desnecessário "convertê-las" em um índice, como nas dimensões saúde e renda. É preciso apenas aplicar os pesos de cada indicador para se chegar a uma média.

3.4.3- IDH-M: DIMENSÃO 3 - RENDA

Para o PNUD (2003), o PIB de um país é o valor agregado na produção de todos os

bens e serviços ao longo de um ano dentro de suas fronteiras. O PIB per capita é a divisão desse valor pela população do país. Trata-se de um indicador eficaz para a avaliação da renda de um universo amplo, como países e unidades da Federação. Esse é o critério usado pelo PNUD mundialmente para o cálculo do IDH-R dos países e dos Estados.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB per capita torna-se inadequado. Por exemplo: nem toda a renda produzida dentro da área do município é apropriada pela população residente. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal per capita.

A renda média municipal per capita indica a renda média dos indivíduos residentes no município expressa em reais, pela cotação do dia 1 agosto de 2000. Os valores são extraídos do questionário da amostra do Censo. A partir da pesquisa do IBGE soma-se todo tipo de renda obtida pelos moradores daquele município (inclusive salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros). E a somatória é dividida pelo número total de habitantes do município. O resultado é a renda municipal per capita.

Para transformar a renda municipal per capita em um índice é feito uma série de cálculos. Primeiro convertem-se os valores anuais máximo e mínimo expressos em dólar PPC, adotados nos relatórios internacionais do PNUD (US\$ PPC 40.000,00 e US\$ PPC 100,00, respectivamente), em valores mensais expressos em reais: R\$ 1.560,17 e R\$ 3,90.

Em seguida, são calculados os logaritmos da renda média municipal per capita e dos limites máximo e mínimo de referência. O logaritmo é usado porque ele expressa melhor o fato de que um acréscimo de renda para os mais pobres é proporcionalmente mais relevante do que para os mais ricos. Ou seja: R\$ 10,00 a mais por mês para quem ganha R\$ 100,00 proporciona um maior retorno em bem-estar do que R\$ 10,00 para quem ganha R\$ 10.000,00.

Finalmente, para se chegar ao índice de renda municipal aplica-se a fórmula a seguir:

IDH-R = (log de renda familiar per capita média - log do valor de referência mínimo) / (log do valor de referência máximo - log do valor de referência mínimo).

3.4.4- ICV: BLOCO 1 - LONGEVIDADE

Conforme o PNUD (2000), são dois os indicadores que compõem este bloco:

- i) Esperança de vida ao nascer – É o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

- ii) Taxa de Mortalidade infantil (TMI) – Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas. Existindo estatísticas vitais confiáveis para calcular-se a TMI, basta tomar como numerador os óbitos de crianças com menos de um ano de vida durante o ano-calendário e como denominador o número de crianças nascidas vivas no mesmo ano.

3.4.5- ICV: BLOCO 2 - EDUCAÇÃO

Para o PNUD (2000), diversos indicadores para os blocos educação e criança foram obtidos a partir do conceito de número de anos de estudo. O número de anos de estudo de cada indivíduo é definido como o número de séries por ele completadas, sendo obtido através da identificação da última série e grau escolar concluído com aprovação.

- i) Número médio de anos de estudo – Razão entre a soma do número de anos de estudo para a população de 25 anos ou mais de idade e o total das pessoas neste segmento etário.

- ii) Porcentagem com até 4 anos de estudo – Percentual das pessoas com 25 anos ou mais de idade, com menos de quatro anos de estudo (incluindo as pessoas sem nenhum grau de escolaridade). Representa a porcentagem da população neste segmento etário que não tem nem o antigo primário completo.

- iii) Porcentagem com até 8 anos de estudo – Percentual das pessoas com 25 anos e mais de idade, com menos de oito anos de estudo (incluindo as pessoas sem nenhum grau de

escolaridade). Representa a porcentagem da população neste segmento etário que não tem nem o primeiro grau completo.

iv) Porcentagem com mais de 11 anos de estudo – Percentual das pessoas com 25 anos e mais de idade, com mais de onze anos de estudo. Representa o percentual da população neste segmento etário com pelo menos um ano de curso de nível superior completo.

v) Taxa de Analfabetismo – Percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade que não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples.

3.4.6- ICV: BLOCO 3 - INFÂNCIA

Segundo o PNUD (2000), neste bloco, além do conceito de anos de estudo, é também utilizado o conceito de defasagem escolar. Defasagem escolar é a diferença entre o número de anos de estudo recomendado para uma criança, em função de sua idade, e o número de anos de estudo atingido pela mesma. O número de anos recomendado foi definido como a idade da criança menos sete anos, de tal forma que, é esperado que uma criança de oito já tenha um ano de estudo completo. Esta medida foi obtida independentemente de a criança estar ou não freqüentando a escola.

i) Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola – Percentual de crianças com idade entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola.

ii) Defasagem escolar média – Razão entre o somatório da defasagem de todas as crianças com idade entre 7 e 14 anos e o número total de crianças neste mesmo segmento etário. Deve ser ressaltado que são excluídas do universo aquelas crianças que apresentam atraso escolar negativo.

iii) Porcentagem com defasagem maior que um ano – Percentual de crianças com idade entre 7 e 14 anos que apresentam atraso escolar superior a um ano. A opção por medir o atraso escolar somente quando acima de um ano visa tentar expurgar o problema daquelas crianças que estavam com oito anos no primeiro ano escolar por fazerem aniversário entre 1º de maio e 1º de setembro, abrangendo, assim, aquelas crianças que efetivamente apresentam algum atraso escolar.

iv) Porcentagem de crianças trabalhando – Percentual de crianças com idade entre 10 e 14 anos, incluídas na categoria de pessoas ocupadas.

3.4.7- ICV: BLOCO 4 - RENDA

De acordo com o PNUD (2000), são cinco os indicadores que compõem este bloco:

i) Renda familiar per capita média – Razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os indivíduos e o total desses indivíduos. O universo de indivíduos considerados é limitado àqueles que são membros de famílias que vivem em domicílios particulares.

ii) Grau de Desigualdade – Medido pelo índice L, de Theil, da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. O universo de indivíduos considerados é limitado àqueles que são membros de famílias que vivem em domicílios particulares. São também excluídos do universo de análise aqueles indivíduos que apresentam renda per capita nula.

O índice L de Theil utilizado para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda, é definido pela expressão:

$$L = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \ln \frac{1/n}{Y_i/Y}, \text{ em que:}$$

n = é o número de indivíduos;

Y = é a renda total;

Y_i = é a renda do indivíduo i .

Como a média aritmética μ pode ser obtida via: $\mu = Y/n$, tem-se que L também pode ser expresso como o logaritmo da razão entre a média aritmética μ e a média geométrica μ' das rendas individuais:

$$L = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{\mu}{Y_i} = \ln \mu - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln Y_i = \ln \mu - \ln \mu' = \ln \mu / \mu'$$

Para uma distribuição totalmente igualitária, $L = 0$ e, quanto maior a desigualdade, maior o seu valor. Como esse índice baseia-se no logaritmo das rendas, ele não pode ser calculado se qualquer renda for nula. Por essa razão, o cálculo do Theil-L implica a exclusão dos indivíduos com renda zero.

iii) Proporção de Pobres (P^0) – Proporção dos indivíduos com renda familiar per capita inferior à linha de pobreza (pobres). O universo de indivíduos é o mesmo utilizado no indicador de renda familiar per capita média.

iv) Hiato de Renda Médio (P^1) – Média dos hiatos de renda de todos os indivíduos da população (pobres e não pobres). Refere-se à mesma população utilizada no indicador de renda familiar per capita média.

v) Hiato de Renda Quadrático Médio (P^2) – Média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos pobres e não pobres. Refere-se à mesma população utilizada no indicador de renda familiar per capita média.

No que se refere às medidas de pobreza, este trabalho utiliza como linha de pobreza o valor de 0,5 salário mínimo de 1º de setembro de 1991. Define-se como hiato de renda para uma pessoa pobre a distância da sua renda (Y) à linha de pobreza (Z), medida como fração da linha de pobreza $[(Z-Y)/Z]$. Para as pessoas não-pobres, define-se o hiato de renda como sendo nulo.

3.4.8- ICV: BLOCO 5 - HABITAÇÃO

Conforme o PNUD (2000), para todos os quatro indicadores das condições de habitação considerados o universo pesquisado abrange apenas a população dos domicílios particulares permanentes, excluindo-se, portanto, as pessoas que vivem em domicílios coletivos e em domicílios particulares improvisados.

i) Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório – No cálculo da densidade do domicílio considera-se o número de dormitórios potenciais como sendo igual ao número total de cômodos menos dois

(destinados, presumivelmente, a cozinha e banheiro). Portanto, a densidade do domicílio, será dada por:

$$D = \frac{N}{(C - 2)}, \text{ caso o número de cômodos for maior do que 2 (0) e infinito, caso}$$

contrário, em que:

D = é a densidade do domicílio;

N = é o número de pessoas do domicílio;

C = é o número de cômodos do domicílio.

ii) Porcentagem da população que vive em domicílios duráveis – Consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídos de materiais duráveis.

iii) Porcentagem da população urbana que vive em domicílios com abastecimento adequado de água – Considera-se adequado o abastecimento através de rede geral com canalização interna.

iv) Porcentagem da população urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto – Refere-se aos domicílios com instalações sanitárias não compartilhadas com outro domicílio e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto.

3.5- ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é uma região urbana selecionada do município de Vitória. Esta área compreende o bairro Resistência, localizado a nordeste da região São Pedro que por sua vez fica no norte e noroeste da Ilha de Vitória, (ver mapa 1) e foi escolhido por causa do interesse de demonstrar que a média da qualidade de vida do município de Vitória que é elevada pode estar omitindo a realidade existente no município de que existem áreas de baixa qualidade de vida, como parece ser o caso do Resistência, um bairro popular, pobre e carente.

Segundo o Vitória News (2008), a ocupação da área de mangue da região da Grande São Pedro começou na década de 70, quando várias famílias se instalaram em barracas de lona e iniciaram a construção de palafitas. O bairro Resistência era antes denominado São Pedro VI. Foi a última grande ocupação coletiva que aconteceu em maio de 1983, inicialmente no loteamento Floresta da Ilha. Em setembro de 1983 houve o primeiro conflito na região, com quebra-quebra, promovido por uma pessoa que se dizia dono da área. A região é hoje urbanizada e o nome homenageia a resistência de 400 famílias que ali se estabeleceram inicialmente.

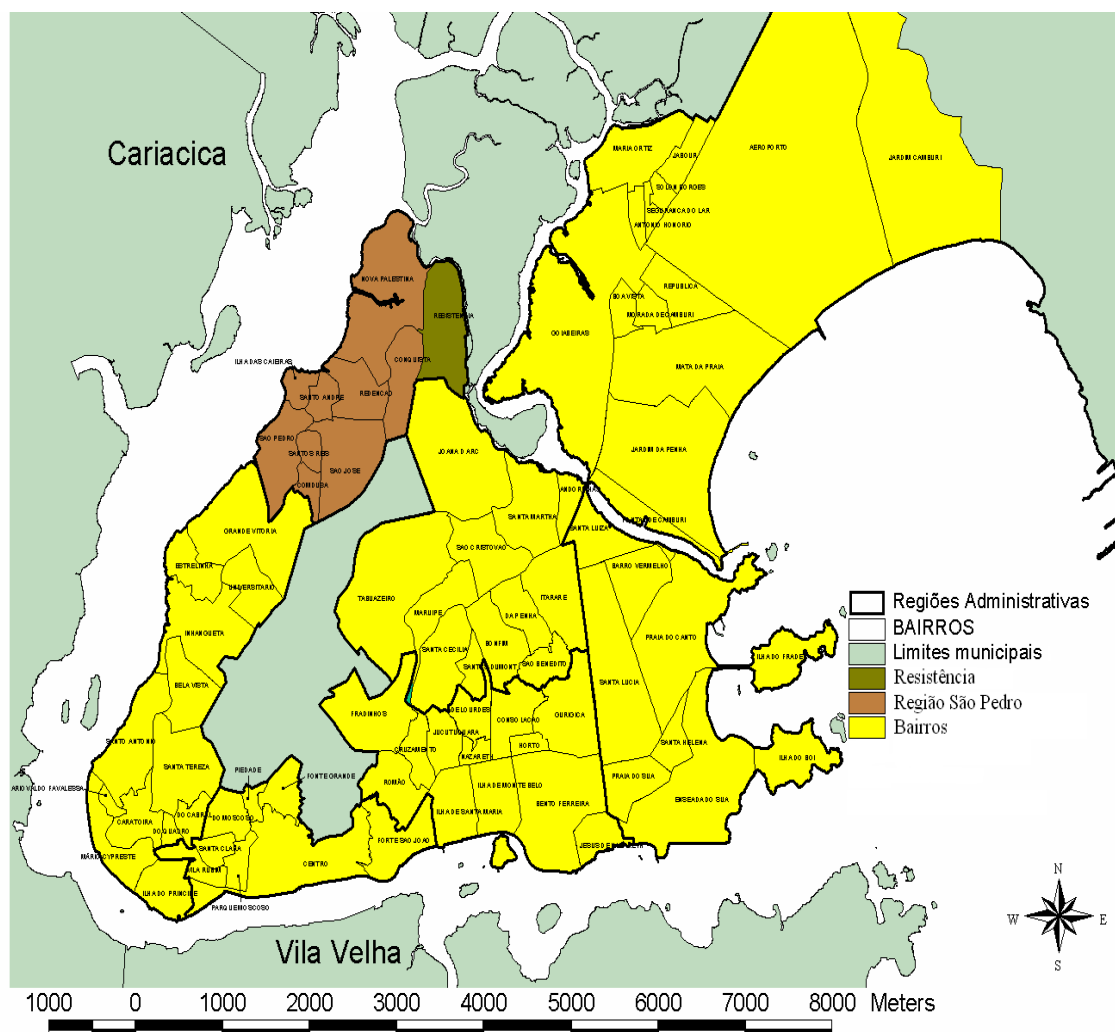
A região de São Pedro fica junto a um dos canais do estuário do rio Santa Maria da Vitória e adjacente à rodovia Serafim Derenze, apenas quatro quilômetros do centro de Vitória.

Preliminarmente participaram da ocupação da região, 400 famílias. Com a conclusão das obras do Programa Promorar, no final de 1983, a área foi ampliada pela ocupação de pessoas desempregadas e de baixa renda, principalmente migrantes.

De acordo com Aguiar (2000), até meados da década de 1970, a região da Grande São Pedro, resumia-se a uma pequena colônia de pescadores chamada Ilha das Caieiras. A partir de 1977, com o aumento da migração para cidade, essa região se tornou alternativa de moradia para os migrantes que estavam em busca de melhores empregos e condições de vida.

No início da década de 1980, a região se tornou lugar de depósito de lixo da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), aparecendo a atividade de catação de lixo como fonte de renda. Com isso, surgiram as palafitas e o lixo foi usado como aterro no manguezal. Nesse período, as condições sanitárias e de saúde do local eram totalmente precárias devido à ausência de saneamento básico e à falta de postos de saúde para atender a essa população. Além disso, não havia nenhuma preocupação com a preservação do manguezal.

MAPA 1– LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO RESISTÊNCIA NA REGIÃO SÃO PEDRO E NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.



Após diversas intervenções pontuais, buscando resolver os problemas que existiam em São Pedro, a Prefeitura de Vitória, no ano de 1989, lança o Projeto São Pedro, uma ação integrada de desenvolvimento urbano e preservação do mangue em Vitória.

Alguns bairros sofreram apenas intervenções pontuais, sem um planejamento total das ações. Porém, cinco bairros tiveram toda sua ação de saneamento planejada e implantada, com redes de água, esgoto e drenagem. Entre esses bairros está o de Resistência, que se localizava numa grande região de manguezal, próximo onde hoje se localiza a usina de lixo de Vitória.

Atualmente, segundo Leal (2004), além do bairro Resistência, a região do São Pedro é

composta de outros nove bairros (Nova Palestina, Conquista, Redenção, São José, São Pedro, Santos Reis, Santo André, Ilha das Caieiras e Condusa), totalizando uma população de aproximadamente 28 mil moradores.

A região é composta de serviços básicos que envolvem 14 escolas, dez linhas de ônibus municipais, cinco unidades de saúde e um destacamento da 2ª Companhia da Polícia Militar.

De acordo com os Dados Censitários (2000), há no bairro Resistência 1503 domicílios, sendo todos eles permanentes e nenhum improvisado, sendo 1479 casas, 17 apartamentos e 7 cômodos, a maioria deles (1234) é próprio e quitado.

A população do bairro corresponde a 5740 habitantes, sendo 2857 homens (ou 49,77%) e 2883 mulheres (ou 50,23%) de modo que obtém-se assim o índice de masculinidade² da ordem de 99,10 o que indica que para cada grupo de 100 mulheres, existem 99,1 homens na população do bairro Resistência.

São alfabetizadas 4268 pessoas (ou 74,36%) e o número médio de pessoas por domicílio correspondeu a 3,819.

Segundo Castiglioni (2006), quanto aos indicadores de envelhecimento de Vitória, que representam o comportamento médio do Município, os valores de referência para comparações entre bairros, eram de 8,94 para o índice de envelhecimento considerando como idosos os habitantes de 60 anos ou mais, e de 36,88 para a relação idosos/crianças. Nesse aspecto, a região São Pedro, apresenta-se como um grupo bem diferenciado dos demais, tendo os idosos representado apenas 4,33% da população e, a relação idosos/crianças atinge o valor mínimo de 12,64 idosos por grupo de 100 crianças, enquanto que o bairro Resistência apresenta valores ainda menores para esses indicadores, sendo estes correspondentes a 3,95% da população representada pelos idosos e, 11,64 para a relação idosos/crianças.

A razão de dependência, isto é, a relação entre os indivíduos de idade inativa e os de

² O Índice de Masculinidade é calculado através da seguinte fórmula: Índice de Masculinidade = (Número de Homens / Número de Mulheres) * 100.

idade ativa, na Região São Pedro foi elevada, igual a 62,77 (maior valor entre as regiões administrativas do Município) e no bairro de Resistência este valor foi um pouco menor, correspondendo a 60,74.

3.6- FONTE DOS DADOS

O instrumento de coletas de informação utilizado é o questionário (Ver Anexo 2) que foi aplicado nos domicílios do bairro Resistência da região do São Pedro, segundo uma amostra sistemática representativa estatisticamente definida para a referida região.

3.7- DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Segundo Lakatos (2007), universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Para a autora a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo.

De acordo com Mattar (1993), a amostra é qualquer parte de uma população. Amostragem é o processo de colher amostras de uma população. A idéia básica de amostragem está em que a coleta de dados em alguns elementos da população e sua análise podem proporcionar relevantes informações de toda a população. A amostragem está intimamente relacionada com a essência do processo de pesquisa descritiva por levantamentos: pesquisar apenas uma parte da população para inferir conhecimento para o todo, ao invés de efetuar um censo.

A amostra da pesquisa foi selecionada por um critério de aleatorização, o tamanho da amostra foi definido em 317 domicílios, abrangendo 1241 moradores do bairro Resistência e os questionários foram aplicados em agosto e setembro de 2007 segundo a amostra com 95% de nível de confiança e margem de erro de 4,9% considerando-se os domicílios.

A amostra sistemática feita na pesquisa de campo, aproximou-se da amostra por setor censitário (Ver mapa 2), garantindo a representatividade da amostra e conseqüentemente a inferência para todo o bairro Resistência dentro do erro amostral.

Foram aplicados 67 questionários no setor censitário 180 (ou 21,14%), 119 questionários no setor censitário 181 (ou 37,54%), 66 questionários no setor censitário 182 (ou 20,82%) e 65 questionários no setor censitário 183 (ou 20,50%), totalizando 317 questionários.

Para a aplicação dos questionários, a primeira casa foi sorteada aleatoriamente no primeiro intervalo de 4 residências, tendo saído o número 3, a seguir, a segunda residência a ser pesquisada foi a quarta próxima residência a partir da primeira, isto é, a sétima, a terceira residência selecionada foi a quarta contada a partir da segunda, isto é, a décima primeira, e assim sucessivamente.

No caso de não serem encontrados moradores no domicílio selecionado para aplicação do questionário, selecionou-se o primeiro domicílio à direita; se neste também não houve moradores, selecionou-se o primeiro domicílio à esquerda. Permanecendo o problema, o questionário foi aplicado na seguinte ordem: domicílio da frente, primeiro domicílio à direita e primeiro domicílio à esquerda.

3.8- PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os 317 domicílios selecionados englobam uma população total de 1241 habitantes, obtendo-se assim uma média de 3,915 pessoas por domicílio no bairro Resistência, aproximando-se dos dados do Censo 2000 (3,819); sendo 616 moradores do sexo feminino, que corresponde a 49,64% dos habitantes e 625 do sexo masculino; ou 50,36% da população, de modo que obtém-se assim o índice de masculinidade da ordem de 101,46 o que indica que para cada grupo de 100 mulheres, existem 101,46 homens na população estudada. (Ver tabela 7).

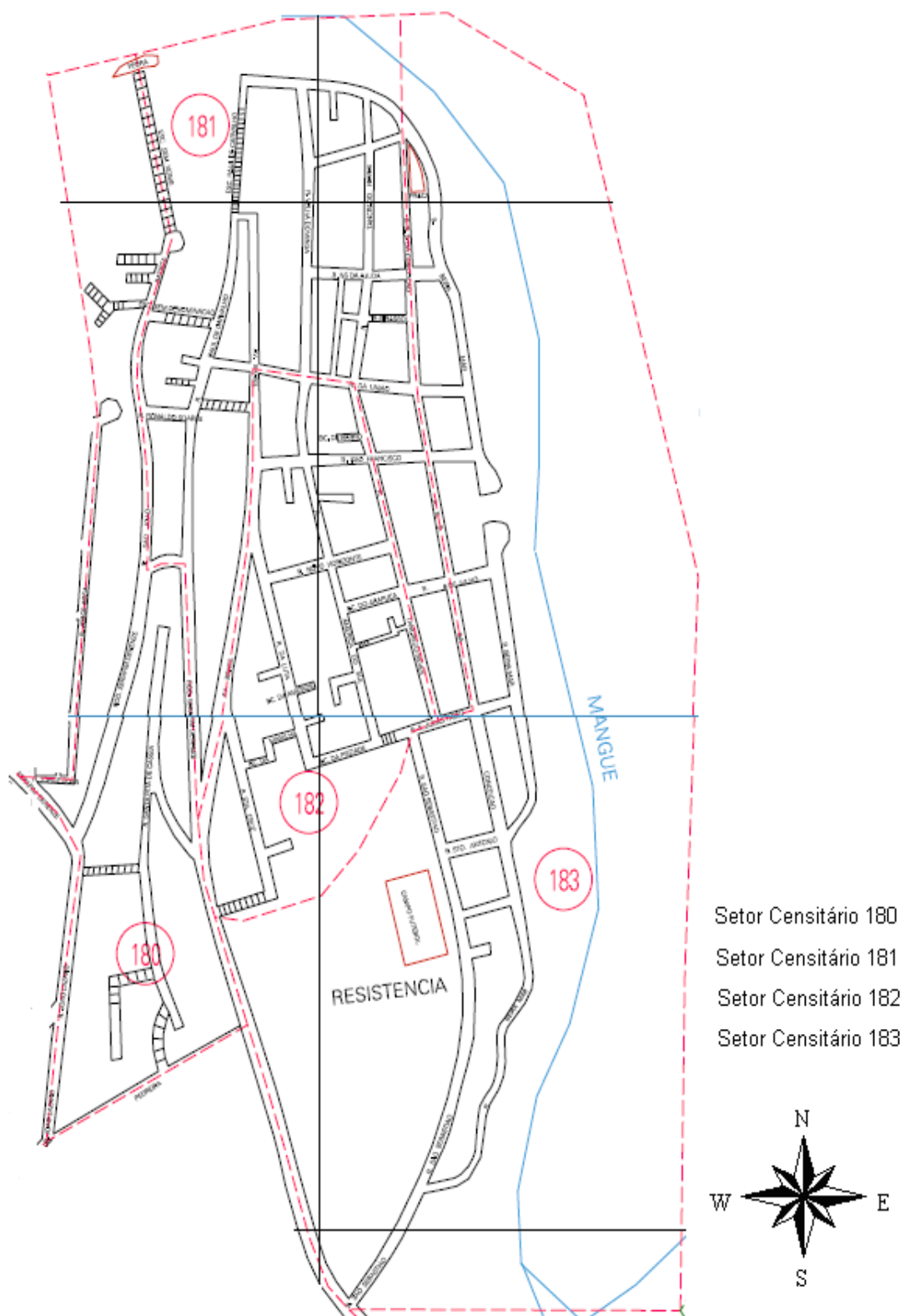
MAPA 2 – BAIRRO RESISTÊNCIA DIVIDIDO EM SETORES CENSITÁRIOS

TABELA 7 - COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASCULINIDADE ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA

Sexo	Freqüência (Censo)	Percentual (%)	Freqüência (Pesquisa)	Percentual (%)
Masculino	2857	49,77	625	50,36
Feminino	2883	50,23	616	49,64
IM	99,098	-	101,461	-
Total	5740	100,00	1241	100,00

Fonte: Dados Censitários e Resultados da Pesquisa.

Destes 1241 habitantes pesquisados, 317 são chefes de famílias (25,54%); 527 são filhos (42,47%); 215 são cônjuges (17,32%) e 100 são netos (8,06%) em relação ao chefe da família, de acordo com a tabela 8.

TABELA 8 – GRAU DE PARENTESCO EM RELAÇÃO AO CHEFE DA FAMÍLIA

Parentesco	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Chefe	317	25,54
Filho(a)	527	42,47
Cônjuge	215	17,32
Neto(a)	100	8,06
Genro/Nora	22	1,77
Irmão(ã)	15	1,21
Sobrinho(a)	15	1,21
Enteado(a)	9	0,73
Mãe	7	0,56
Sogro(a)	5	0,40
Bisneto	2	0,16
Filho Adotivo	2	0,16
Cunhado	2	0,16
Irmão Adotivo	1	0,08
Prima	1	0,08
Outro	1	0,08
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Conforme a tabela 9, pode-se comparar o grau de parentesco em relação ao chefe da família entre os dados do Censo 2000 e os resultados da pesquisa.

**TABELA 9 - COMPARAÇÃO DO GRAU DE PARENTESCO EM RELAÇÃO
AO CHEFE DA FAMÍLIA ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS
RESULTADOS DA PESQUISA**

Parentesco	Frequência (Censo)	Percentual (%)	Frequência (Pesquisa)	Percentual (%)
Chefe	1503	26,18	317	25,54
Cônjuge	992	17,28	215	17,32
Filho(a), Enteado(a)	2692	46,90	538	43,35
Mãe, Pai, Sogro(a)	49	0,85	12	0,97
Neto(a), Bisneto(a)	226	3,94	102	8,22
Irmão(ã)	72	1,25	16	1,29
Outro	206	3,59	41	3,30
Total	5740	100,00	1241	100,00

Fonte: Dados Censitários e Resultados da Pesquisa.

Segundo a tabela 10, quanto à escolaridade, 245 habitantes não possuem nenhum ano de estudo (19,74%); 342 possuem entre a 1ª e a 4ª série do ensino fundamental (27,56%); 376 possuem entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental (30,3%); 270 possuem entre o 1º e o 3º ano do ensino médio (21,76%) e apenas 8 chegaram a ingressar num curso superior (0,64%).

**TABELA 10 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO PESQUISADA
NO BAIRRO RESISTÊNCIA**

Escolaridade	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Sem escolaridade	245	19,74
1ª a 4ª série (ensino fundamental)	342	27,56
5ª a 8ª série (ensino fundamental)	376	30,30
1º ao 3º ano (ensino médio)	270	21,76
Curso superior	8	0,64
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

São capazes de ler ou escrever um bilhete simples um montante de 957 pessoas (77,12%) e 284 não são alfabetizadas (22,88%). O número médio de anos de estudo foi de 5,8 anos.

Somam-se 716 pessoas que não trabalham (57,7%) e 525 que trabalham (42,3%).

De acordo com a tabela 11, em relação ao nível de escolaridade do chefe da família, pode-se comparar os dados do Censo 2000 com os dados obtidos na pesquisa.

**TABELA 11 - COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM
RELAÇÃO AO CHEFE DA FAMÍLIA ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS
RESULTADOS DA PESQUISA**

Escolaridade	Frequência (Censo)	Percentual (%)	Frequência (Pesquisa)	Percentual (%)
Sem escolaridade				
1ª a 4ª série (ensino fundamental)	200	13,31	29	9,15
5ª a 8ª série (ensino fundamental)	600	39,92	121	38,17
1º ao 3º ano (ensino médio)	481	32,00	104	32,81
Curso superior	195	12,97	60	18,93
	27	1,80	3	0,95
Total	5749	100,00	1241	100,00

Fonte: Dados Censitários e Resultados da Pesquisa.

Conforme tabela 12, quanto aos indicadores de envelhecimento do bairro Resistência, os idosos representam 3,95% segundo os dados do Censo 2000 e 6,77% de acordo com os dados da pesquisa, considerando idosos os habitantes com 60 anos ou mais; a relação idosos/crianças foi 11,69% para os dados do Censo 2000 e 23,66% conforme os dados obtidos na pesquisa e a razão de dependência encontrada foi da ordem de 60,74 para os dados do Censo 2000 e 54,74 de acordo com os resultados da pesquisa.

TABELA 12 – COMPARAÇÃO DOS GRUPOS DE IDADE ENTRE OS DADOS DO CENSO E DA POPULAÇÃO ESTUDADA

Grupos de Idade	Freqüência (Censo)	Percentual (%)	Freqüência (Pesquisa)	Percentual (%)
0-14	1942	33,83	355	28,61
15-59	3571	62,21	802	64,63
60 ou mais	227	3,95	84	6,77
Total	5740	100,00	1241	100

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Segundo a tabela 13, o maior grupo quinquenal foi o de 10 a 14 anos com 11,12%, seguido dos grupos quinquenais de 20 a 24 anos com 10,96% e do grupo de 15 a 19 anos com 10,80%. Em contrapartida os grupos que tiveram menor freqüência foram os de 85 a 89 anos (0,08%); 90 anos ou mais (0,24%) e 80 a 84 anos (0,4%).

TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA QUINQUENAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA

Grupos de Idade	Freqüência	Percentual (%)
0 a 4	116	9,35
5 a 9	101	8,14
10 a 14	138	11,12
15 a 19	134	10,80
20 a 24	136	10,96
25 a 29	101	8,14
30 a 34	91	7,33
35 a 39	82	6,61
40 a 44	77	6,20
45 a 49	76	6,12
50 a 54	62	5,00
55 a 59	43	3,46
60 a 64	28	2,26
65 a 69	16	1,29
70 a 74	18	1,45
75 a 79	13	1,05
80 a 84	5	0,40
85 a 89	1	0,08
90+	3	0,24
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Pela tabela 14, pode-se comparar os grupos etários quinquenais do bairro Resistência fornecidos pelos dados censitários em 2000 com os obtidos na pesquisa. Observa-se que os resultados obtidos com a população estudada aproximam-se dos resultados do Censo, sendo que as oscilações devem-se a erros providos na margem.

TABELA 14 - COMPARAÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE OS DADOS DO CENSO E OS RESULTADOS DA PESQUISA

Grupos Etários	Frequência (Censo)	Percentual (%)	Frequência (Pesquisa)	Percentual (%)
0 a 4	651	11,34	116	9,35
5 a 9	623	10,85	101	8,14
10 a 14	668	11,64	138	11,12
15 a 19	718	12,51	134	10,80
20 a 24	601	10,47	136	10,96
25 a 29	475	8,28	101	8,14
30 a 34	425	7,40	91	7,33
35 a 39	429	7,47	82	6,61
40 a 44	343	5,98	77	6,20
45 a 49	281	4,90	76	6,12
50 a 54	164	2,86	62	5,00
55 a 59	135	2,35	43	3,46
60 a 64	85	1,48	28	2,26
65 a 69	62	1,08	16	1,29
70 a 74	37	0,64	18	1,45
75 a 79	19	0,33	13	1,05
80 ou mais	24	0,42	9	0,73
Total	5740	100,00	1241	100,00

Fonte: Dados Censitários e Resultados da Pesquisa.

A maior parte dentre os 1241 habitantes pesquisados, nasceu em Vitória, totalizando 697 pessoas (56,16%), tendo ainda 32 habitantes nascidos em São Mateus (2,58%), 31 em Linhares (2,5%), 26 em Colatina (2,1%), 21 em Aracruz (1,69%) e 16 em Vila Velha (1,29%), de acordo com a tabela 15.

Conforme a tabela 16, quanto ao estado de nascimento, 987 dos habitantes pesquisados nasceram no Espírito Santo (79,53%), 136 em Minas Gerais (10,96%), 74 na Bahia (5,96%), 25 no Rio de Janeiro (2,01%), 6 no Ceará (0,48%) e 5 em São Paulo (0,40%).

**TABELA 15 – NATURALIDADE MUNICIPAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA
NO BAIRRO RESISTÊNCIA**

Cidades Natais	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Vitória - ES	697	56,16
São Mateus - ES	32	2,58
Linhares - ES	31	2,50
Colatina - ES	26	2,10
Aracruz - ES	21	1,69
Vila Velha - ES	16	1,29
Aimorés - MG	15	1,21
Ilhéus - BA	13	1,05
Barra de São Francisco - ES	12	0,97
Caravelas - BA	12	0,97
Ecoporanga - MG	12	0,97
Resplendor - MG	12	0,97
Rio de Janeiro - RJ	12	0,97
Serra - ES	12	0,97
Afonso Cláudio - ES	11	0,89
Outras Cidades	307	24,74
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

**TABELA 16 – NATURALIDADE ESTADUAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA
NO BAIRRO RESISTÊNCIA**

Estados Natais	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Espírito Santo	987	79,53
Minas Gerais	136	10,96
Bahia	74	5,96
Rio de Janeiro	25	2,01
Ceará	6	0,48
São Paulo	5	0,40
Pernambuco	2	0,16
Rio Grande do Norte	2	0,16
Alagoas	1	0,08
Distrito Federal	1	0,08
Paraíba	1	0,08
Rondônia	1	0,08
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quanto a última residência anterior ou migração para o bairro Resistência, considerando municípios e bairros, 365 habitantes só moraram no próprio bairro Resistência representando 29,41% do total de moradores; 108 habitantes migraram do Bairro da Penha (8,7%); 74 vieram de Itararé (5,96%); 56 do município da Serra (4,43%); 46 do Joana d'Arc (3,71%); 44 de Santa Marta (3,55%) e 35 de Maruípe (2,82%) de acordo com a tabela 17.

TABELA 17 – MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA NO BAIRRO RESISTÊNCIA

Última residência	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Resistência	365	29,41
Bairro da Penha	108	8,70
Itararé	74	5,96
São Pedro	65	5,24
Serra - ES	56	4,51
Joana d'Arc	46	3,71
Santa Marta	44	3,55
Maruípe	35	2,82
Andorinhas	26	2,10
Vila Velha - ES	25	2,01
Bonfim	21	1,69
Tabuazeiro	21	1,69
Cariacica - ES	20	1,61
Linhares - ES	18	1,45
Ilhéus - BA	14	1,13
Romão	13	1,05
São Cristóvão	13	1,05
São Mateus - ES	13	1,05
Belo Horizonte - MG	12	0,97
Maria Ortiz	11	0,89
Outros	241	19,42
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quanto ao tempo de residência no bairro Resistência, a maior parcela da população pesquisada mora no bairro até cinco anos, totalizando 300 moradores (24,17%), tendo ainda 167 pessoas morando no bairro de cinco a dez anos (13,46%) e sendo que apenas 11 habitantes (0,89%) residem há trinta ou mais anos, conforme a tabela 18.

Em relação aos domicílios, 280 foram considerados duráveis (88,33%) e 37 não duráveis (11,67%), predominando os domicílios com 5 cômodos que somaram 85 (26,81%), depois os com 4 cômodos totalizando 50 (15,77%), 6 cômodos 49 (15,46%), 7 cômodos 44 (13,88%) e 3 cômodos 32 (10,09%), de acordo com a tabela 19.

Dos 317 domicílios, 303 são abastecidos com água (95,58%) e 14 não são abastecidos (4,42%), 312 possuem rede de esgoto (98,42%) e apenas 5 não possuem (1,58%).

TABELA 18 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES PESQUISADOS NO BAIRRO RESISTÊNCIA

Tempo (anos)	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
0 a 5	300	24,17
5 a 10	167	13,46
10 a 15	245	19,74
15 a 20	234	18,86
20 a 25	238	19,18
25 a 30	46	3,71
30 ou mais	11	0,89
Total	1241	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

TABELA 19 – QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS POR NÚMERO DE CÔMODOS NO BAIRRO RESISTÊNCIA

Número de cômodos	Quantidade de domicílios	Percentual (%)
5	85	26,81
4	50	15,77
6	49	15,46
7	44	13,88
3	32	10,09
8	24	7,57
2	11	3,47
9	10	3,15
10 ou mais	12	3,79
Total	317	100,00

Fonte: Resultados da Pesquisa.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1- FÓRMULAS E CÁLCULOS DO IDH-M E DO ICV

4.1.1- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO LONGEVIDADE

i) Apenas um indicador compõe a dimensão longevidade: a esperança de vida ao nascer. Devido às dificuldades em se calcular a expectativa de vida para o bairro Resistência, incluindo o fato do tamanho da amostra ser muito pequena, optou-se por adotar a expectativa de vida do município de Vitória, para o ano 2000. Dado que essa variável no ano 2000 segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foi de 70,74 anos e que este valor foi aplicado para a região em estudo, pode-se calcular o indicador através da seguinte fórmula:

$$L = (I - 25) / (85 - 25).$$

Assim tem-se:

$$L = (70,74 - 25) / (85 - 25)$$

$$L = 0,762$$

Em que:

L = é o indicador para a expectativa de vida;

I = é o valor da expectativa de vida do município de Vitória que também foi aplicado para o bairro Resistência;

25 anos é o limite mínimo estabelecido para a expectativa de vida;

85 anos é o limite máximo estabelecido para a expectativa de vida.

Como a dimensão longevidade só tem um indicador, então o IDHM-Longevidade é igual a IDHM-L = 0,762.

4.1.2- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO

i) O primeiro indicador da dimensão educação é a taxa de analfabetismo que representa o percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade que não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples e esse indicador tem peso 2. É a razão entre o total de pessoas neste segmento etário que não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples (104) e o total de pessoas neste segmento etário (886), multiplicado por cem; assim a taxa de analfabetismo encontrada para o bairro em estudo corresponde ao valor de 11,74%.

O Cálculo deste indicador é feito através da fórmula:

$$E_1 = (TA - 100) / (0 - 100).$$

Assim obtém-se:

$$E_1 = (11,74 - 100) / (0 - 100)$$

$$E_1 = 0,883$$

Em que:

E_1 = é o indicador da taxa de analfabetismo;

TA = é o valor da taxa de analfabetismo;

Zero é o melhor valor estabelecido para a taxa de analfabetismo;

100 é o pior valor estabelecido para a taxa de analfabetismo.

ii) O segundo indicador da dimensão educação é a taxa bruta de freqüência à escola. Lembrando que esse indicador tem peso menor para a obtenção dessa dimensão (peso 1). É dada pela razão entre o total de alunos nos três níveis de ensino (319) e a população total na faixa etária dos 7 aos 22 anos (420) multiplicado por cem. Assim a taxa bruta de freqüência à escola encontrada correspondeu ao valor de 75,95%. Isso indica que 24,05% da população nessa faixa etária não freqüentam à escola.

O Cálculo deste indicador é feito através da fórmula:

$$E_2 = (TBFE - 100) / (0 - 100).$$

Assim obtém-se:

$$E_2 = (75,95 - 0) / (100 - 0)$$

$$E_2 = 0,759$$

Em que:

E_2 = é o indicador da taxa bruta de frequência à escola;

TBFE = é o valor da taxa bruta de frequência à escola;

Zero é o melhor valor estabelecido para a taxa bruta de frequência à escola;

100 é o pior valor estabelecido para a taxa bruta de frequência à escola.

Assim pode-se calcular o IDHM-Educação aplicando a fórmula contendo os pesos de cada indicador da dimensão:

$$IDHM-E = 2/3 * E_1 + 1/3 * E_2$$

De modo que, obtém-se:

$$IDHM-E = 2/3 * 0,883 + 1/3 * 0,759$$

$$IDHM-E = 0,841$$

4.1.3- IDH-M: CÁLCULO DA DIMENSÃO RENDA

i) É dada pelo indicador da renda familiar per capita média que corresponde a razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os indivíduos (333110) e o total de indivíduos (1241). De modo que $(333110 / 1241) = 268,42$ é a renda familiar per capita encontrada na área de estudo. Aqui inclui-se a renda fornecida pelo bolsa família, onde foram encontrados 62 domicílios beneficiados com rendimentos que variam entre R\$15,00 e R\$112,00 com média de R\$65,08

Para se chegar ao índice de renda municipal aplica-se a fórmula a seguir:

$$\text{IDHM-R} = (\log \text{ de renda familiar per capita média} - \log \text{ do valor de referência mínimo}) \\ / (\log \text{ do valor de referência máximo} - \log \text{ do valor de referência mínimo}).$$

Assim, tem-se:

$$\text{IDHM-R} = (\log 268,42 - \log 3,90 / \log 1560,17 - \log 3,90)$$

De modo que:

$$\text{IDHM-R} = (2,428 - 0,591 / 3,193 - 0,591)$$

$$\text{IDHM-R} = 1,837 - 2,602$$

$$\text{IDHM-R} = 0,706$$

4.1.4- CÁLCULO DO IDH-M

i) Agora pode-se calcular o IDH-M do bairro Resistência através da média ponderada das três dimensões que segue a fórmula abaixo:

$$\text{IDH-M} = 1/3 * \text{IDHM-L} + 1/3 * \text{IDHM-E} + 1/3 * \text{IDHM-R}$$

Assim, obtém-se:

$$\text{IDH-M} = 1/3 * 0,762 + 1/3 * 0,841 + 1/3 * 0,706$$

$$\text{IDH-M} = 0,254 + 0,280 + 0,235$$

$$\text{IDH-M} = 0,769$$

4.1.5- ICV: CÁLCULO DO BLOCO LONGEVIDADE

São dois indicadores que compõem esse bloco: expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil.

i) Dado que a expectativa de vida do município de Vitória em 2000 segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foi de 70,74 anos e que este valor foi aplicado para a região em estudo devido às dificuldades em se calcular este valor, pode-se calcular o primeiro indicador, assim como no IDH-M, através da seguinte fórmula:

$$L_1 = (I_1 - 25) / (85 - 25).$$

Assim tem-se:

$$L_1 = (70,74 - 25) / (85 - 25)$$

$$L_1 = 0,762$$

Em que:

L_1 = é o indicador para a expectativa de vida;

I_1 = é o valor da expectativa de vida do município de Vitória que também foi aplicado para o bairro Resistência;

25 anos é o limite mínimo estabelecido para a expectativa de vida;

85 anos é o limite máximo estabelecido para a expectativa de vida.

ii) O outro indicador que é a taxa de mortalidade infantil (TMI), foi calculado através de dados da Secretaria Municipal de Saúde (ver tabela 20) devido ao tamanho da amostra ter sido muito pequeno para o cálculo desse indicador. Consiste numa razão entre os óbitos de crianças com menos de um ano de vida - que neste caso correspondeu a 8 - e o número de crianças nascidas vivas no mesmo período - que neste caso correspondeu a 413 -. Fora encontrado no bairro Resistência portanto, a TMI da ordem de 19,37 por mil crianças nascidas vivas e fora utilizado uma média dos dados dos anos de 2002 a 2007.

Considerando os problemas que afetam o cálculo do indicador de mortalidade infantil, tais como o atraso na declaração e sub-registro dos eventos vitais, assim como o problema dos pequenos números que podem apresentar variações aleatórias, optou-se por utilizar, como para a esperança de vida, a TMI publicada para Vitória, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil no ano 2000, que neste caso, correspondeu ao valor de 26,73. Assim, pode-se calcular o indicador da TMI através da seguinte fórmula:

$$L_2 = (I_2 - 320) / (0 - 320).$$

Assim tem-se:

$$L_2 = (26,73 - 320) / (0 - 320)$$

$$L_2 = 0,916$$

Em que:

L_2 = é o indicador para a taxa de mortalidade infantil;

I_2 = é o valor da TMI no bairro Resistência;

zero é o melhor valor estabelecido para a TMI;

320 é o pior valor estabelecido para a TMI.

**TABELA 20 – ÓBITOS DE MENORES DE UM ANO NO BAIRRO
RESISTÊNCIA DE 2002 ATÉ 2007**

Anos	Número de óbitos registrados	Número de crianças nascidas vivas
2002	2	58
2003	1	72
2004	1	91
2005	3	73
2006	0	60
2007	1	59
Total	8	413

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vitória-ES - SEMUS/GAS/SIAB.

iii) Agora pode-se calcular o ICV-Longevidade (ICV-L) aplicando a fórmula contendo os pesos de cada indicador do bloco, assim:

$$ICV-L = 0,5 * L_1 + 0,5 * L_2$$

De modo que:

$$\text{ICV-L} = 0,5 * 0,762 + 0,5 * 0,916$$

$$\text{ICV-L} = 0,839$$

4.1.6- ICV: CÁLCULO DO BLOCO EDUCAÇÃO

São cinco os indicadores que compõem este bloco. Número médio de anos de estudo, taxa de analfabetismo, porcentagem com até 4 anos de estudo, porcentagem com até 8 anos de estudo e porcentagem com mais de 11 anos de estudo.

i) O número médio de anos de estudo da população com 25 anos e mais de idade da região estudada encontrado foi da ordem de 5,8 anos; resultado da razão entre a soma do número de anos de estudo da população nesta faixa etária (3573) e o total de indivíduos nesta faixa etária (616).

O indicador do número médio de anos de estudo é dado pela fórmula:

$$E_1 = (N_1 - 0) / (15 - 0).$$

Assim tem-se:

$$E_1 = (5,8 - 0) / (15 - 0)$$

$$E_1 = 0,387$$

Em que:

E_1 = é o indicador do número médio de anos de estudo;

N_1 = é o valor do número médio de anos de estudo;

Zero é o pior valor estabelecido para o indicador do número médio de anos de estudo;

15 é o melhor valor estabelecido para o indicador do número médio de anos de estudo.

ii) O segundo indicador deste bloco é a porcentagem com até 4 anos de estudo que representa o percentual das pessoas com 25 anos e mais de idade com menos de 4 anos de estudos completos. É a razão entre o número total de pessoas neste segmento etário que não tem nem o antigo primário completo (157) e o número total de pessoas neste

segmento etário (616), multiplicado por cem; portanto a porcentagem com até 4 anos de estudo encontrada na área estudada corresponde ao valor 25,487%.

O Cálculo deste indicador é obtido através da fórmula seguinte:

$$E_2 = (VP_4 - 100) / (0 - 100).$$

Assim tem-se:

$$E_2 = (25,487 - 100) / (0 - 100)$$

$$E_2 = 0,745$$

Em que:

E_2 = é o indicador da porcentagem com até 4 anos de estudo;

VP_4 = é o valor da porcentagem com até 4 anos de estudo;

Zero é o melhor valor estabelecido para a porcentagem com até 4 anos de estudo;

100 é o pior valor estabelecido para a porcentagem com até 4 anos de estudo.

iii) O terceiro indicador do bloco educação é a porcentagem com até 8 anos de estudo que é semelhante na sua forma de calcular ao indicador descrito anteriormente. Este representa o percentual das pessoas com 25 anos e mais de idade com menos de 8 anos de estudos completos. É a razão entre o número total de pessoas neste segmento etário que não tem nem o primeiro grau completo (380) e o número total de pessoas neste segmento etário (616), multiplicado por cem; portanto a porcentagem com até 8 anos de estudo encontrada na área em foco é 61,69%.

O Cálculo deste indicador é obtido através da fórmula:

$$E_3 = (VP_8 - 100) / (25 - 100).$$

Assim obtém-se:

$$E_3 = (61,69 - 100) / (25 - 100)$$

$$E_3 = 0,511$$

Em que:

E_3 = é o indicador da percentagem com até 8 anos de estudo;

VP_8 = é o valor da percentagem com até 8 anos de estudo;

25 é o melhor valor estabelecido para a percentagem com até 8 anos de estudo;

100 é o pior valor estabelecido para a percentagem com até 4 anos de estudo.

iv) O quarto indicador do bloco educação é a percentagem com mais de 11 anos de estudo. Representa o percentual das pessoas com 25 anos e mais de idade com pelo menos 1 ano de curso de nível superior completo. É dado pelo somatório das pessoas neste segmento etário que tem mais de 11 anos de estudo (3) dividido pelo somatório das pessoas nesta faixa etária (616), multiplicado por cem. Desse modo obtém-se o valor 0,487%, que corresponde a percentagem da população nesta faixa etária com mais de 11 anos de estudo.

O Cálculo deste indicador é dado pela fórmula:

$$E_4 = (VP_{11} - 0) / (50 - 0).$$

Assim tem-se:

$$E_4 = (0,487 - 0) / (50 - 0)$$

$$E_4 = 0,010$$

Em que:

E_4 = é o indicador da percentagem com mais de 11 anos de estudo;

VP_{11} = é o valor da percentagem com mais de 11 anos de estudo;

Zero é o pior valor estabelecido para a percentagem com mais de 11 anos de estudo;

50 é o melhor valor estabelecido para a percentagem com mais de 11 anos de estudo.

v) O quinto e último indicador é a taxa de analfabetismo que representa o percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade que não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples. É a razão entre o total de pessoas neste segmento etário que não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples (104) e o total de pessoas neste segmento etário (886), multiplicado por cem; assim a taxa de analfabetismo encontrada para a região em foco corresponde ao valor de 11,74%.

O Cálculo deste indicador é feito através da fórmula:

$$E_5 = (TA - 0) / (100 - 0).$$

Assim obtém-se:

$$E_5 = (11,74 - 0) / (100 - 0)$$

$$E_5 = 0,1174$$

Em que:

E_5 = é o indicador da taxa de analfabetismo;

TA = é o valor da taxa de analfabetismo;

Zero é o melhor valor estabelecido para a taxa de analfabetismo;

100 é o pior valor estabelecido para a taxa de analfabetismo.

vi) Agora pode-se calcular o ICV-Educação (ICV-E) aplicando a fórmula contendo os pesos de cada indicador do bloco, assim:

$$ICV-E = 0,25 * E_1 + (1/12) * E_2 + (1/12) * E_3 + (1/12) * E_4 + 0,5 * E_5$$

De modo que, obtém-se:

$$ICV-E = 0,25 * 0,387 + (1/12) * 0,745 + (1/12) * 0,511 + (1/12) * 0,010 + 0,5 * 0,1174$$

$$ICV-E = 0,643$$

4.1.7- ICV: CÁLCULO DO BLOCO INFÂNCIA

São quatro os indicadores que compõem este bloco. Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola, defasagem escolar média, porcentagem com defasagem maior que um ano e porcentagem de crianças trabalhando.

i) O primeiro indicador é a porcentagem de crianças que não freqüentam a escola. Representa o percentual de crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola e este indicador obteve um bom resultado já que apenas 2 crianças em 203 não freqüentavam a escola. Assim $(2 / 203) * 100 = 0,985\%$, ou seja apenas 0,985% das crianças do bairro Resistência não freqüentam a escola e 99,015% freqüentam. Este alto valor pode ser atribuído a política adotada do bolsa escola onde as famílias chegam a receber até R\$94,00 para manterem as crianças na escola.

Este indicador é calculado pela fórmula:

$$I_1 = (PNF - 100) / (0 - 100)$$

Assim tem-se:

$$I_1 = (0,985 - 100) / (0 - 100)$$

$$I_1 = 0,990$$

Em que:

I_1 = é o indicador de porcentagem de crianças que não freqüentam a escola;

PNF = é o valor da porcentagem de crianças que não freqüentam a escola;

Zero é o melhor valor estabelecido para o valor da porcentagem de crianças que não freqüentam a escola;

100 é o pior valor estabelecido para o valor da porcentagem de crianças que não freqüentam a escola.

ii) O segundo indicador é a defasagem escolar média. Representa a razão entre o somatório da defasagem de todas as crianças com idade entre 7 e 14 anos (91) e o

número total de crianças nesta faixa etária matriculadas com defasagem não negativa (188). Assim a defasagem escolar média encontrada corresponde ao valor 0,484 e o seu indicador é dado por:

$$I_2 = (DEM - 6) / (0 - 6)$$

$$I_2 = (0,484 - 6) / (0 - 6)$$

$$I_2 = 0,919$$

Em que:

I_2 = é o indicador da defasagem escolar média;

DEM = é o valor da defasagem escolar média;

Zero é o melhor valor estabelecido para a defasagem escolar média;

100 é o pior valor estabelecido para a defasagem escolar média.

iii) O terceiro indicador desse bloco é a porcentagem com defasagem maior que um ano. Representa o percentual de crianças com idade entre 7 e 14 anos que apresentam atraso escolar superior a um ano. Assim $(19 / 203) * 100 = 9,36\%$, isto é, 9,36% das crianças nesta faixa etária apresentam defasagem escolar superior a um ano.

A fórmula para este indicador é a seguinte:

$$I_3 = (PD_{>1} - 100) / (0 - 100).$$

Assim tem-se:

$$I_3 = (9,36 - 100) / (0 - 100)$$

$$I_3 = 0,906$$

Em que:

I_3 = é o indicador da porcentagem com defasagem maior que um ano;

$PD_{>1}$ = é o valor da porcentagem com defasagem maior que um ano;

Zero é o melhor valor estabelecido para o valor da defasagem maior que um ano;

100 é o pior valor estabelecido para o valor da defasagem maior que um ano.

iv) O quarto e último indicador deste bloco é a porcentagem de crianças trabalhando. Representa o percentual de crianças com idade entre 10 e 14 anos que trabalham. Assim obtém-se $(2 / 138) * 100 = 1,45\%$, ou seja, 1,45% das crianças entre 10 e 14 anos no bairro Resistência trabalham e 98,55% das crianças nesta faixa etária não trabalham.

O cálculo deste indicador segue a fórmula abaixo:

$$I_4 = (PCT - 100) / (0 - 100).$$

Assim obtém-se:

$$I_4 = (1,45 - 100) / (0 - 100).$$

$$I_4 = 0,986$$

Em que:

I_4 = é o indicador da porcentagem de crianças trabalhando;

PCT = é o valor da porcentagem de crianças trabalhando;

Zero é o melhor valor estabelecido para o valor da porcentagem de crianças trabalhando.

100 é o pior valor estabelecido para o valor da porcentagem de crianças trabalhando.

v) Agora pode-se calcular o ICV-Infância (ICV-I) que é dado pela fórmula seguinte, contendo os pesos dos respectivos indicadores:

$$ICV-I = 0,5 * I_1 + 0,125 * I_2 + 0,125 * I_3 + 0,25 * I_4$$

Assim, substituindo os valores já encontrados em I_1 , I_2 , I_3 , e I_4 :

$$ICV-I = 0,5 * 0,990 + 0,125 * 0,919 + 0,125 * 0,906 + 0,25 * 0,986$$

$$ICV-I = 0,970$$

4.1.8- ICV: CÁLCULO DO BLOCO RENDA

São três os indicadores que formam este bloco. Renda familiar per capita média ajustada, grau de desigualdade e hiato de renda quadrático médio.

i) A renda familiar per capita média consiste na razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os indivíduos (333110) e o total de indivíduos (1241). Assim $(333110 / 1241) = 268,42$ é a renda familiar per capita que em termos de salários mínimos é $(268,42 / 380) = 0,70637$.

O cálculo desse indicador segue a fórmula:

$$R_1 = (S_1 - 0,05) / (1,364 - 0,05)$$

Assim tem-se:

$$R_1 = (0,70637 - 0,05) / (1,364 - 0,05)$$

$$R_1 = 0,499$$

Em que:

R_1 = é o indicador da renda familiar per capita média;

S_1 = é o valor da renda familiar per capita média em termos de salários mínimos.

0,05 é o pior valor estabelecido para a renda familiar per capita média em termos de salários mínimos;

1,364 é o melhor valor estabelecido para a renda familiar per capita média em termos de salários mínimos;

ii) O segundo indicador é o grau de desigualdade. É medido pelo índice L de Theil, da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. A fórmula utilizada é:

$$L = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \ln \frac{1/n}{Y_i/Y}, \text{ em que:}$$

n = é o número de indivíduos;

Y = é a renda total;

Y_i = é a renda do indivíduo i .

O valor do grau de desigualdade calculado pelo somatório de $1/n [\log y - (\log n + \log Y_i)]$ corresponde ao valor 0,11054.

Assim o cálculo do valor desse indicador é dado por:

$$R_2 = (GD - 1) / (0 - 1).$$

De modo que:

$$R_2 = (0,11054 - 1) / (0 - 1)$$

$$R_2 = 0,889$$

Em que:

R_2 = é o indicador do grau de desigualdade;

GD = é o valor do grau de desigualdade;

Zero é o melhor valor estabelecido para o valor do grau de desigualdade;

1 é o pior valor estabelecido para o valor do grau de desigualdade.

iii) O terceiro indicador do bloco renda é o hiato de renda quadrático médio (P^2), que representa a média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos pobres e não pobres.

Para se calcular (P^2), é necessário calcular antes P^1 e P^0 que são respectivamente o hiato de renda médio e a proporção de pobres.

Quanto às medidas de pobreza, este trabalho utiliza como linha de pobreza o valor de 0,5 salário mínimo de setembro de 1991 que corresponde a Cr\$18080,80 que convertido para setembro de 2007 equivale a R\$190,00 uma vez que os dados são de setembro de 2007.

Assim são considerados pobres os indivíduos cuja renda per capita encontra-se abaixo de R\$190,00 e define-se como hiato de renda para uma pessoa pobre a distância de sua renda (Y) à linha de pobreza (Z), medida como fração da linha de pobreza $[(Z - Y) / Z]$.

A proporção de pobres (P^0) é dado pela fórmula seguinte:

$$P^0 = q / n$$

De modo que:

$$P^0 = 443 / 1241$$

$$P^0 = 0,35697$$

Em que:

P^0 = é a proporção de pobres

q = é o número de pobres

n = é a população total

O hiato de renda médio (P^1) é dado por:

$$P^1 = (1 / n) * \sum_{i=1}^q (Z - Y_i) / Z$$

De modo que:

$$P^1 = (1/1241) * \sum_{i=1}^{443} (190 - Y_i) / 190$$

$$P^1 = 0,11056$$

Em que:

P^1 = é o hiato de renda médio

n = é a população total

q = é o número de pobres

Z = é a linha de pobreza

\underline{Y}_i = é a renda do i-ésimo pobre

Por fim, o hiato de renda quadrático médio (P^2) segue a fórmula:

$$P^2 = (1/n) * \sum_{i=1}^q [(Z - Y_i) / Z]^2$$

De modo que:

$$P^2 = (1/1241) * \sum_{i=1}^{443} [(190 - Y_i) / 190]^2$$

$$P^2 = 0,047438$$

Em que:

P^2 = é o hiato de renda quadrático médio

n = é a população total

q = é o número de pobres

Z = é a linha de pobreza

\underline{Y}_i = é a renda do i-ésimo pobre

O somatório dos hiatos de renda quadrático médio encontrado correspondeu ao valor de 0,047438, logo, o cálculo desse indicador pode ser obtido pela fórmula:

$$R_3 = (HRQM - 0,9) / (0 - 0,9).$$

Assim obtém-se:

$$R_3 = (0,047438 - 0,9) / (0 - 0,9)$$

$$R_3 = 0,947$$

Em que:

R_3 = é o indicador do valor de renda quadrático médio;

$HRQM$ = é o valor do hiato de renda quadrático médio;

zero é o melhor valor estabelecido para o valor de renda quadrático médio;
0,9 é o pior valor estabelecido para o valor de renda quadrático médio.

iv) Agora pode-se obter o valor do ICV-Renda (ICV-R) pela seguinte fórmula:

$$\text{ICV-R} = 0,5 * R_1 + 0,25 * R_2 + 0,25 * R_3$$

Assim tem-se:

$$\text{ICV-R} = 0,5 * 0,499 + 0,25 * 0,889 + 0,25 * 0,947$$

$$\text{ICV-R} = 0,709$$

4.1.9- ICV: CÁLCULO DO BLOCO HABITAÇÃO

São quatro os indicadores que formam este bloco. Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório, porcentagem da população que vive em domicílios duráveis, porcentagem da população urbana que vive em domicílios com abastecimento adequado de água e porcentagem da população urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto.

i) O primeiro indicador é calculado pela razão entre o total de pessoas que moram em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório (259) e o total da população (1241), multiplicado por cem.

Assim tem-se: $(259 / 1241) * 100 = 20,87\%$.

O primeiro indicador é dado pela fórmula:

$$H_1 = (DD_{+2} - 100) / (0 - 100).$$

De modo que:

$$H_1 = (20,87 - 100) / (0 - 100).$$

$$H_1 = 0,791$$

Em que:

H_1 = é o indicador do valor da percentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório;

DD_{+2} = é o valor da percentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório;

Zero é o melhor valor estabelecido para a percentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório.

100 é o pior valor estabelecido para a percentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório.

ii) O segundo indicador do bloco habitação é a percentagem da população que vive em domicílios duráveis. É considerado durável o domicílio em que pelo menos dois dos três componentes avaliados – cobertura, parede e piso – são constituídos de materiais duráveis. O segundo indicador corresponde ao total de pessoas que vivem em domicílios duráveis (1085) dividido pelo total da população (1241), multiplicado por cem.

Obtém-se a conta $(1085 / 1241) * 100 = 87,43\%$. Este valor indica que 87,43% da população vive em domicílios considerados duráveis.

A fórmula para encontrar o segundo indicador é:

$$H_2 = (DD - 0) / (100 - 0).$$

Assim tem-se:

$$H_2 = (87,43 - 0) / (100 - 0).$$

$$H_2 = 0,874$$

Em que:

H_2 = é o indicador da percentagem da população que vive em domicílios duráveis;

DD = é o valor da percentagem da população que vive em domicílios duráveis.

iii) O terceiro indicador do bloco habitação é a percentagem da população urbana que vive em domicílios com abastecimento adequado de água. É dado pela razão entre o total de pessoas que vivem em domicílios abastecidos com água (1191) e o total da população (1241), multiplicado por cem.

Assim obtém-se: $(1191 / 1241) * 100 = 95,97\%$.

A fórmula para encontrarmos o terceiro indicador é:

$$H_3 = (A - 0) / (100 - 0).$$

De modo que:

$$H_3 = (95,97 - 0) / (100 - 0).$$

$$H_3 = 0,960$$

Em que:

$H_3 =$ é o indicador da percentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água;

$A =$ é o valor da percentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água;

Zero é o pior valor estabelecido para a percentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água;

100 é o melhor valor estabelecido para a percentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água.

iv) O quarto e último indicador do bloco habitação é percentagem da população urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto. É dado pela razão entre o total de pessoas que vivem em domicílios com instalações adequadas de esgoto (1226) e o total da população (1241), multiplicado por cem.

Assim obtém-se: $(1226 / 1241) * 100 = 98,79\%$.

A fórmula para encontrarmos o quarto indicador é:

$$H_4 = (E - 0) / (100 - 0).$$

De modo que:

$$H_4 = (98,79 - 0) / (100 - 0).$$

$$H_4 = 0,988$$

Em que:

H_4 = é o indicador da porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto;

E = é o valor da porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto;

Zero é o pior valor estabelecido para a porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto;

100 é o melhor valor estabelecido para a porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto.

v) Agora pode-se calcular o valor do ICV-Habituação (ICV-H) através da fórmula:

$$ICV-H = 0,25 * H_1 + 0,25 * H_2 + 0,25 * H_3 + 0,25 * H_4$$

Assim tem-se:

$$ICV-H = 0,25 * 0,791 + 0,25 * 0,874 + 0,25 * 0,960 + 0,25 * 0,988$$

$$ICV-H = 0,903$$

4.1.10- CÁLCULO DO ICV

i) Por fim podemos calcular o ICV do bairro Resistência aplicando a fórmula:

$$ICV = 0,2 * ICV-L + 0,2 * ICV-E + 0,2 * ICV-I + 0,2 * ICV-R + 0,2 * ICV-H$$

Assim, obtém-se:

$$ICV = 0,2 * 0,839 + 0,2 * 0,643 + 0,2 * 0,970 + 0,2 * 0,709 + 0,2 * 0,903$$

$$ICV = 0,813$$

4.2- ANÁLISE DOS RESULTADOS

As principais dificuldades para obter o índice desagregado ao município, é a obtenção de dados específicos, em especial os dados referentes à saúde, que são muito difíceis de ser encontrados, tanto é que foi necessário utilizar a expectativa de vida e a TMI do município e não a do bairro.

Nota-se, pela tabela 21, que o IDH-M do bairro Resistência em 2007 com 0,769 situou-se na faixa de médio desenvolvimento humano ($0,5 < IDH-M < 0,8$); enquanto que o ICV com um índice de 0,813 alcançou a categoria de elevado desenvolvimento humano ($ICV > 0,8$), devido aos altos índices obtidos nos blocos infância e habitação, conforme tabela 22.

TABELA 21 – IDH-M DO BAIRRO RESISTÊNCIA NO ANO DE 2007

Ano	2007
IDHM -Longevidade	0,762
IDHM -Educação	0,841
IDHM -Renda	0,706
IDHM -Geral	0,769

Fonte: Resultados da Pesquisa.

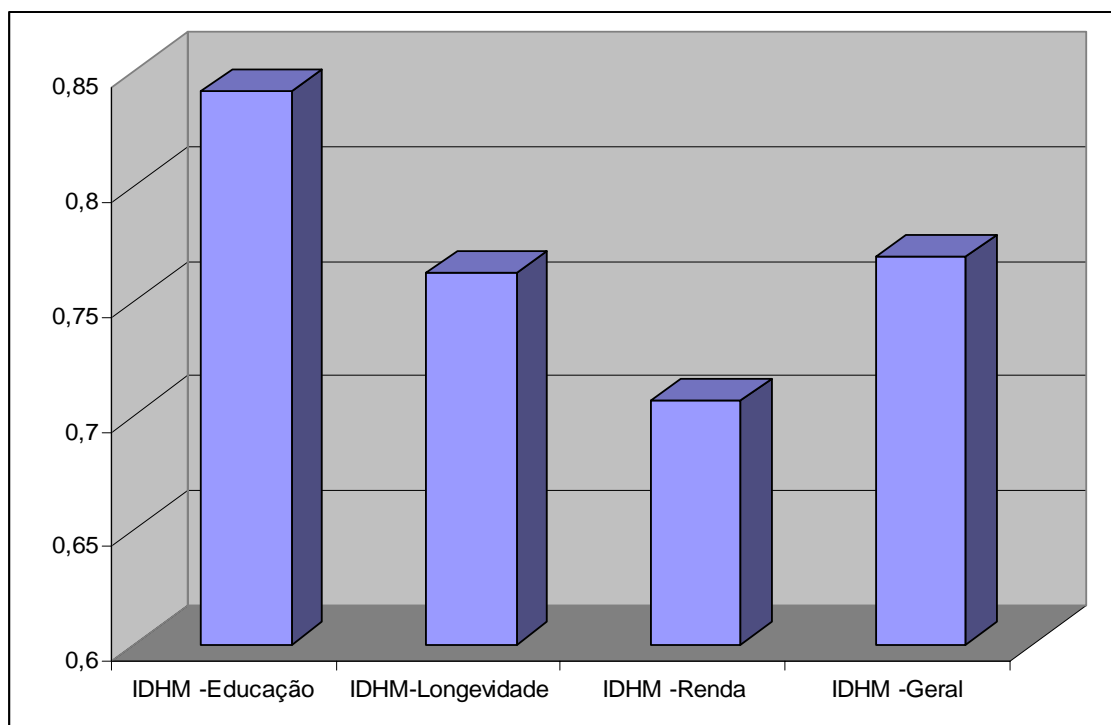
Das três dimensões que compõem o IDH-M, apenas a educação situou-se na faixa de alto desenvolvimento humano, enquanto que as outras duas dimensões (longevidade e renda) situaram-se no estágio de médio desenvolvimento humano sinalizando a necessidade de intervenções públicas nessas dimensões. (Ver gráfico 1).

TABELA 22 – ICV DO BAIRRO RESISTÊNCIA NO ANO DE 2007

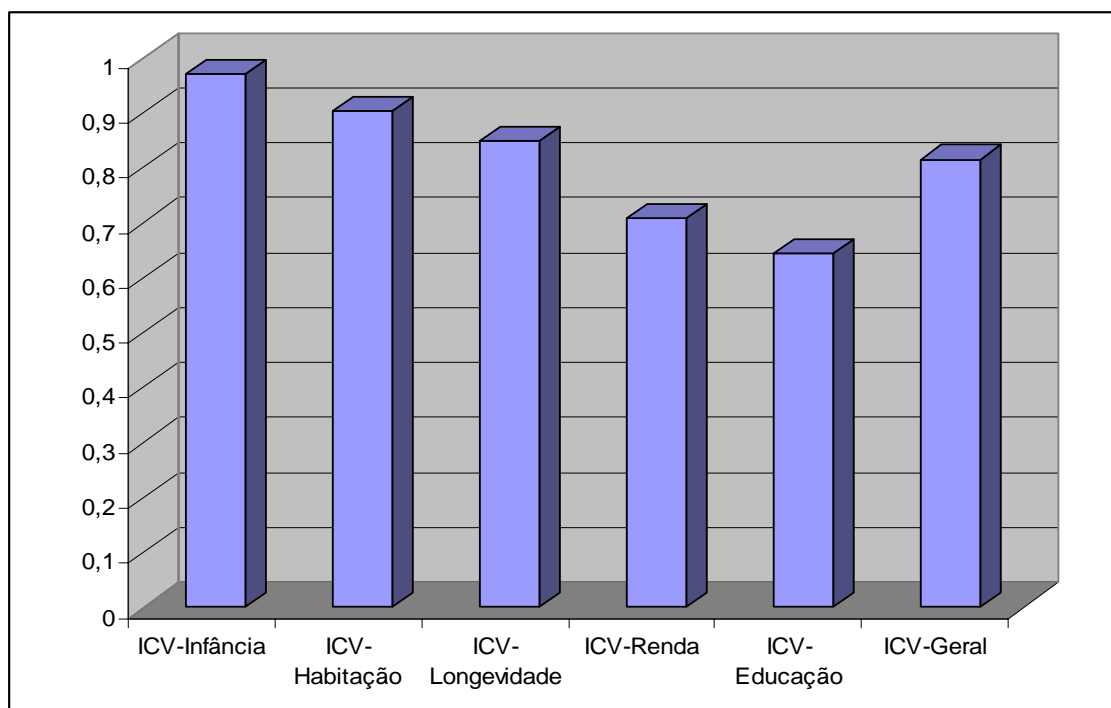
Ano	2007
ICV-Longevidade	0,839
ICV-Educação	0,643
ICV-Infância	0,970
ICV-Renda	0,709
ICV-Habitação	0,903
ICV-Geral	0,813

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quanto ao ICV, de todas as dimensões abordadas pelo índice, as que obtiveram piores resultados foram a educação e a renda, (ver gráfico 2) indicando a necessidade urgente de investimentos nestas áreas. As demais dimensões se encontraram no patamar de alto desenvolvimento humano, o que não indica que estas estejam bem. A habitação, por exemplo, apresentou um bom resultado mas nota-se que se houvesse no índice outros fatores como instalações adequadas de energia elétrica, etc., e que se o índice fosse mais rigoroso quanto a classificação da durabilidade do domicílio (para o índice, o domicílio é considerado durável bastando apenas que dois dos três componentes – cobertura, parede e piso – do domicílio sejam constituídos de materiais duráveis), o índice poderia diminuir bastante.

GRÁFICO 1 – IDH-M DO BAIRRO RESISTÊNCIA POR DIMENSÃO

Fonte: Resultados da Pesquisa.

GRÁFICO 2 – ICV DO BAIRRO RESISTÊNCIA POR BLOCO

Fonte: Resultados da Pesquisa.

5- CONCLUSÃO

Neste trabalho foi estudada a qualidade de vida do bairro Resistência, pertencente à região do São Pedro em Vitória, segundo dois índices: o IDH-M e o ICV. Esse estudo torna-se urgente para a utilização das informações mais atualizadas possíveis de modo que se faz necessário a continuidade deste trabalho para a avaliação das políticas públicas efetuadas pelas autoridades políticas locais e para a indicação das áreas necessitadas de maiores investimentos, afim de que a população mais carente possa desfrutar de um padrão de vida decente.

Esse estudo se faz necessário ainda, para obter informações relacionadas às condições de vida das populações locais com o intuito de auxiliar nas políticas públicas conforme dito anteriormente. Sendo que estes índices (IDH-M e ICV) poderão ser calculados periodicamente, servindo ainda como diagnóstico e avaliação das políticas já implementadas, indicando as áreas onde ocorrem as maiores deficiências, sinalizando assim a necessidade de intervenções públicas nestas áreas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Os principais entraves para obter o índice desagregado para sub-áreas do município, é a obtenção de dados específicos, em especial os dados referentes à longevidade, que como no caso da expectativa de vida e da TMI, não puderam ser utilizados na pesquisa através dos dados retirados dos questionários devido ao fato do tamanho da amostra ser muito pequeno e da complexidade para o cálculo desses indicadores, por isso utilizou-se os dados publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) para o município de Vitória.

O elevado IDH-M do município de Vitória em 2000 que foi da ordem de 0,856, foi bem superior ao encontrado no bairro Resistência em 2007 (IDH-M = 0,769), mesmo com a diferença entre as datas (pois espera-se que os índices sempre melhorem ao longo do tempo, embora os índices também possam regredir), confirmando a suspeita de que embora a média da qualidade de vida do município de Vitória seja alta, poderia estar omitindo a realidade existente de que há regiões de baixa qualidade de vida na cidade.

Embora o ICV tenha atingido o estágio de elevado desenvolvimento humano (ICV = 0,813) tendo três dimensões situadas no patamar de alto desenvolvimento humano (longevidade, infância e habitação), e as outras duas no patamar de médio desenvolvimento (educação e renda), isto não indica que a qualidade de vida da maior parte da população na região estudada esteja elevada, pois mesmo o ICV sendo bem abrangente, ele poderia incorporar mais variáveis, como por exemplo, no caso da habitação que obteve um índice elevado, poderia ser considerado durável o domicílio que tivesse os três componentes avaliados (cobertura, parede e piso) constituídos de materiais duráveis e não somente dois como exige o índice, além disso, deveriam ser agregados fatores como instalações adequadas de energia elétrica e outros o que poderia reduzir o índice desta dimensão. Assim, há a necessidade de se introduzir novos indicadores tais como, nível de poluição, arborização, número de habitantes por médico, acesso à internet, acesso a áreas de esporte e lazer, etc.

Outro fator refere-se ao peso que é dado para cada indicador. No caso da renda do ICV por exemplo, é válido ressaltar que o indicador de desigualdade tem peso elevado e como de um modo em geral, a população do bairro selecionado tem uma renda baixa, então quase não há desigualdade, e isto eleva o valor do índice de renda.

Além disso, os parâmetros melhor valor e pior valor do ICV podem estar com amplitude muito alta ou baixa dando resultados distorcidos. Por exemplo, os limites estabelecidos para os indicadores do bloco longevidade deveriam ser revisados, pois a maior expectativa de vida do mundo de acordo com o Population Reference Bureau (PRB, 2007) é a do Japão e Hong Kong com média de 82 anos e a pior é a do Suazilândia com 33 anos enquanto que o índice estabelece os limites de 85 e 25 anos para este indicador e no caso da taxa de mortalidade infantil os limites estabelecidos apresentam-se ainda mais defasados, uma vez que a maior TMI do mundo segundo o PRB (2007) é a do Afeganistão com 166 e a menor é a de Hong Kong com 1,8 por mil nascidos vivos enquanto que o ICV estabelece os limites da TMI em 320 e 0.

Recomenda-se uma análise mais apurada e atualizada da definição desses parâmetros para um refinamento de medida do ICV de modo a refletir com mais precisão a

realidade da qualidade de vida da população, até mesmo porque os limites estabelecidos para o ICV levam em consideração os dados de 1970.

O ICV não é mais calculado pela FJP. Esse índice foi calculado apenas para os anos de 1970, 1980 e 1991. Devido a grande correlação entre o IDH-M e o ICV, este último deixou de ser calculado em 2000, optando-se apenas pelo cálculo do IDH-M.

De acordo com a tabela 23, o ICV do Brasil e de Belo Horizonte em 1991 eram de 0,723 e 0,805, respectivamente, enquanto que o ICV do bairro Resistência em 2007 foi 0,813; o ICV-L do Brasil e de Belo Horizonte em 1991 foi da ordem de 0,691 e 0,767 respectivamente, já o da área de estudo foi de 0,839 em 2007, atentando-se para a diferença entre as datas, no entanto mesmo com essa diferença o ICV-E do bairro Resistência (0,643) foi inferior ao de Belo Horizonte (0,729), porém superou o ICV-E do Brasil (0,729).

TABELA 23 – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE EM 1970, 1980 E 1991 (ICV, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO)

Município País	ICV			ICV - Longevidade			ICV - Educação		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Belo Horizonte	0,650	0,738	0,805	0,542	0,646	0,767	0,598	0,659	0,729
Brasil	0,532	0,655	0,723	0,515	0,632	0,691	0,415	0,497	0,576

Fonte: FJP, 1991.

Conforme a tabela 24, o ICV-I do Brasil (0,747) e Belo Horizonte (0,799) em 1991 foram superados pelo do bairro Resistência em 2007 (0,970); já o ICV-R obteve efeito contrário, enquanto que o da área em foco situou-se em 0,709 (2007), o do Brasil ficou em 0,793 (1991) e o de Belo Horizonte situou-se em 0,839 (1991). O ICV-H do bairro Resistência em 2007 (0,903) superou por pouco o de Belo Horizonte em 1991 (0,892) e obteve uma diferença maior em relação ao ICV-H do Brasil em 1991 (0,758).

TABELA 24 – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE EM 1970, 1980 E 1991 (INFÂNCIA, RENDA E HABITAÇÃO)

Município País	ICV - Infância			ICV - Renda			ICV - Habitação		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Belo Horizonte	0,729	0,788	0,799	0,779	0,867	0,839	0,602	0,731	0,892
Brasil	0,655	0,665	0,747	0,524	0,816	0,793	0,538	0,663	0,758

Fonte: FJP, 1991.

O poder público local deveria complementar a secretaria municipal de desenvolvimento através de um setor capaz de coletar dados precisos, regulares, para todos os bairros do município, periodicamente e que traduzam a realidade econômica e social do município afim de que essas informações sejam utilizadas em estudos como este para ajudar a solucionar o problema da população mais carente e melhorar o padrão de vida da população.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. M; KLUG, L. B; DIAS, M. H. B; SOUZA, E. **O Impacto da Urbanização na Melhoria da Qualidade de Vida e no Respeito ao Meio Ambiente: Estudo de Caso do Bairro Resistência – VITÓRIA – ES.** VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2000, 9p. (<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/sibesa6/cclxii.pdf> - capturado em 04 abr. 2008).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000 Todos os Estados do Brasil.** (<http://www.ipea.gov.br> – capturado em 20 jun. 2006).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Informe-sf. n° 19, out. 2000, 6p.** (<http://www.bndes.gov.br> - capturado em 19 abr. 2007).

CASTIGLIONI, A. H. **Envelhecimento da População: Conhecer para Atuar.** Relatório de pesquisa apresentado ao FACITEC, Vitória, 2006.

DADOS CENSITÁRIOS 2000. **RELATÓRIO CENSO 2000.** 271p. (<http://www.vitoria.es.gov.br/home.htm> - capturado em 18 mai. 2006).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais 1970/91.** Belo Horizonte: 244p. 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice de Condições de Vida (ICV), Brasil – Municípios 1970, 1980 e 1991.** Belo Horizonte: FJP, 1991.

GEOGRAFIA ECONÔMICA. **Ranking do IDH-M dos municípios do Espírito Santo (2000).** (<http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/menuecon.html> – capturado em 12 mai. 2006).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KAYANO, J; CALDAS, E. L. **Indicadores para o Diálogo**. São Paulo: Pólis. Programa Gestão Pública e Cidadania/ESESP/ FGV, 2001

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de dados**. Editora Atlas S. A. – 6. ed. – 2. reimpr. rev. e amp. São Paulo, 289p. 2007.

LEAL, E. A. S. **A atuação da Prefeitura Municipal de Vitória no Processo de Urbanização da Grande São Pedro**. Vitória, ES: UFES, 2004. 18p. Projeto de Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2004.

MAIA, M. **Crescimento Econômico X Desenvolvimento Econômico**. (http://www.colegiodomcabral.com.br/documentos/artigo_2.doc – capturado em 07 mai. 2008).

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing. Metodologia, Planejamento, Execução, Análise**. Editora Atlas S. A. São Paulo, 350p. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. (<http://www.pnud.org.br> – capturado em 18 set. 2006). Prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Definição e Metodologia de Cálculo dos Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano e Condições de Vida**. 80p. (<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf> – capturado em 11 mai. 2006). Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2000.

POPULATION REFERENCE BUREAU. **2007 World Population Data Sheet.** (http://www.prb.org/pdf07/07WPDS_Eng.pdf – capturado em 22 abr. 2008). 16p. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Entenda o Cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e Saiba quais os Indicadores Usados.** (http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc – capturado em 05 abr. 2008). PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, IPEA, FJP 4p. 2003

RANKBRASIL. **Ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).** (http://www.rankbrasil.com.br/maismais/politica/idh_brasil.asp – capturado em 15 abr. 2007).

ROSSETTI, J. P. **Contabilidade Social.** Editora Atlas S.A. –4. ed. rev. e atual. São Paulo, 326p. 1986.

RUA, M. G. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores.** Mimeo, 20p. 2004.

SEMUS/GAS/SIAB. **Consolidação das Famílias Cadastradas do Ano de 2007.** Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de Informação de Atenção Básica. 2007.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** Editora Atlas –3. ed. rev. e atual. São Paulo, 416p. 1994.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia Micro e Macro.** Editora Atlas –3. ed. São Paulo, 439p. 2002.

VITORIA NEWS. **Histórico dos Bairros de Vitória.** (<http://www.geocities.com/vitorianews/bairros2.html> - capturado em 03 abr. 2008).

WWF-BRASIL. **O que é Desenvolvimento Sustentável?** (http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm – capturado em 23 abr. 2008).

ANEXO 1- CLASSIFICAÇÃO DO IDH DOS PAÍSES DA ONU EM 2007.

01°	Islândia	0,968
02°	Noruega	0,968
03°	Austrália	0,962
04°	Canadá	0,961
05°	Irlanda	0,959
06°	Suécia	0,956
07°	Suíça	0,955
08°	Japão	0,953
09°	Holanda	0,953
10°	França	0,952
11°	Finlândia	0,952
12°	Estados Unidos	0,951
13°	Espanha	0,949
14°	Dinamarca	0,949
15°	Áustria	0,948
16°	Reino Unido	0,946
17°	Bélgica	0,946
18°	Luxemburgo	0,944
19°	Nova Zelândia	0,943
20°	Itália	0,941
21°	Hong Kong	0,937
22°	Alemanha	0,935
23°	Israel	0,932
24°	Grécia	0,926
25°	Cingapura	0,922
26°	Coréia do Sul	0,921
27°	Eslovênia	0,917
28°	Chipre	0,903
29°	Portugal	0,897
30°	Brunei Darussalam	0,894
31°	Barbados	0,892
32°	República Tcheca	0,891
33°	Kuwait	0,891
34°	Malta	0,878
35°	Qatar	0,875
36°	Hungria	0,874
37°	Polônia	0,870
38°	Argentina	0,869
39°	Emirados Árabes Unidos	0,868
40°	Chile	0,867
41°	Bahrein	0,866
42°	Eslováquia	0,863
43°	Lituânia	0,862

44°	Estônia	0,860
45°	Letônia	0,855
46°	Uruguai	0,852
47°	Croácia	0,850
48°	Costa Rica	0,846
49°	Bahamas	0,845
50°	Ilhas Seicheles	0,843
51°	Cuba	0,838
52°	México	0,829
53°	Bulgária	0,824
54°	São Cristóvão e Névis	0,821
55°	Tonga	0,819
56°	Líbia	0,818
57°	Antígua e Barbuda	0,815
58°	Omã	0,814
59°	Trinidad e Tobago	0,814
60°	Romênia	0,813
61°	Arábia Saudita	0,812
62°	Panamá	0,812
63°	Malásia	0,811
64°	Bielo-Rússia	0,804
65°	Ilhas Maurício	0,804
66°	Bósnia e Hezergovina	0,803
67°	Rússia	0,802
68°	Albânia	0,801
69°	Macedônia	0,801
70°	Brasil	0,800
71°	Dominica	0,798
72°	Santa Lúcia	0,795
73°	Cazaquistão	0,794
74°	Venezuela	0,792
75°	Colômbia	0,791
76°	Ucrânia	0,788
77°	Samoa	0,785
78°	Tailândia	0,781
79°	República Dominicana	0,779
80°	Belize	0,778
81°	China	0,777
82°	Granada	0,777
83°	Armênia	0,775
84°	Turquia	0,775
85°	Suriname	0,774
86°	Jordânia	0,773
87°	Peru	0,773
88°	Líbano	0,772
89°	Equador	0,772

90°	Filipinas	0,771
91°	Tunísia	0,766
92°	Ilhas Fidji	0,762
93°	São Vicente e Granadinas	0,761
94°	Irã	0,759
95°	Paraguai	0,755
96°	Geórgia	0,754
97°	Guiana	0,750
98°	Azerbaijão	0,746
99°	Sri Lanka	0,743
100°	Maldivas	0,741
101°	Jamaica	0,736
102°	Cabo Verde	0,736
103°	El Salvador	0,735
104°	Argélia	0,733
105°	Vietnã	0,733
106°	Palestina	0,731
107°	Indonésia	0,728
108°	Síria	0,724
109°	Turcomenistão	0,713
110°	Nicarágua	0,710
111°	Moldávia	0,708
112°	Egito	0,708
113°	Uzbequistão	0,702
114°	Mongólia	0,700
115°	Honduras	0,700
116°	Quirguistão	0,696
117°	Bolívia	0,695
118°	Guatemala	0,689
119°	Gabão	0,677
120°	Vanuatu	0,674
121°	África do Sul	0,674
122°	Tadjiquistão	0,673
123°	São Tomé e Príncipe	0,654
124°	Botsuana	0,654
125°	Namíbia	0,650
126°	Marrocos	0,646
127°	Guiné Equatorial	0,642
128°	Índia	0,619
129°	Ilhas Salomão	0,602
130°	Laos	0,601
131°	Camboja	0,598
132°	Mianmar	0,583
133°	Butão	0,579
134°	Comores	0,561
135°	Gana	0,553

136°	Paquistão	0,551
137°	Mauritânia	0,550
138°	Lesoto	0,549
139°	Congo	0,548
140°	Bangladesh	0,547
141°	Suazilândia	0,547
142°	Nepal	0,534
143°	Madagascar	0,533
144°	Camarões	0,532
145°	Papua Nova Guiné	0,530
146°	Haiti	0,529
147°	Sudão	0,526
148°	Quênia	0,521
149°	Djibouti	0,516
150°	Timor Leste	0,514
151°	Zimbábue	0,513
152°	Togo	0,512
153°	Iêmen	0,508
154°	Uganda	0,505
155°	Gâmbia	0,502
156°	Senegal	0,499
157°	Eritreia	0,483
158°	Nigéria	0,470
159°	Tanzânia	0,467
160°	Guiné	0,456
161°	Ruanda	0,452
162°	Angola	0,446
163°	Benin	0,437
164°	Maláui	0,437
165°	Zâmbia	0,434
166°	Costa do Marfim	0,432
167°	Burundi	0,413
168°	República Democrática do Congo	0,411
169°	Etiópia	0,406
170°	Chade	0,388
171°	República Centro Africana	0,384
172°	Moçambique	0,384
173°	Mali	0,380
174°	Níger	0,374
175°	Guiné Bissau	0,374
176°	Burquina Fasso	0,370
177°	Serra Leoa	0,336

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO**Índice de Condições de Vida no Bairro Resistência**

Nº: _____ Entrevistador: _____ Data: ___/___/___
 Endereço do Domicílio: _____

Questão	Composição da Família									
1. Grau de Parentesco (em relação ao responsável pelo domicílio)										
2. Sexo										
3. Idade										
4. Escolaridade: Quantos anos de estudo tem?										
5. É capaz de ler ou escrever um bilhete simples? (Para pessoas pouco instruídas)										
6. Qual série está matriculado cada membro da família?										
7. Trabalha?										
8. Qual é a renda mensal?										
9. Local de nascimento										
10-Local de residência anterior										
11- Tempo de residência no Bairro										
12. O domicílio é durável? (cobertura, parede e piso são feitos com materiais duráveis)										
13. Quantos cômodos tem o domicílio? (Incluindo banheiro e cozinha)										
14. O domicílio tem abastecimento de água?										
15. O domicílio tem rede de esgoto?										
16. Houve óbito de criança com menos de 1 ano de idade no ano passado?										
17. Qual é o número total de filhos nascidos vivos?										
18. Quantos filhos ainda estão vivos hoje?										

ANEXO 3 - INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Esse questionário tem como objetivo pesquisar a qualidade de vida da população do Bairro Resistência da região de São Pedro, Vitória, para uma pesquisa de dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Este projeto tem o apoio do FACITEC (Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia).

Instruções para aplicação do questionário nas residências:

O questionário será aplicado a 317 residências. A primeira casa foi sorteada aleatoriamente no primeiro intervalo de 4 residências, tendo saído o número 3, a seguir, a segunda residência a ser pesquisada será a quarta próxima residência a partir da primeira, isto é, a sétima, a terceira residência selecionada será a quarta contada a partir da segunda, isto é, a décima primeira, e assim sucessivamente. A trajetória para a aplicação da pesquisa será indicada no mapa do bairro.

Em caso de não serem encontrados moradores no domicílio selecionado para aplicação do questionário, deve-se selecionar o primeiro domicílio à direita; se neste também não houver moradores, deve-se selecionar o primeiro domicílio à esquerda. Permanecendo o problema, o questionário deve ser aplicado na seguinte ordem: domicílio da frente, primeiro domicílio à direita e primeiro domicílio à esquerda.

Instruções para preenchimento das questões do questionário:

- As questões devem ser respondidas por adulto residente no domicílio.

- As questões devem ser preenchidas para cada membro da família.

- **Questão 1** - A questão 1 deve ser preenchida com os códigos correspondentes às relações de parentesco em relação ao responsável pelo domicílio:

1.	Chefe da Família
2.	Cônjuge
3.	Filhos (as)
4.	Pai, Mãe, Sogro (a)
5.	Cunhado (a), Irmão (ã)
6.	Neto (a)
7.	Outro. Qual?

- **Questão 2** - Sexo

1.	Masculino
2.	Feminino

- **Questão 3** - Idade em anos completos

- **Questões 4, 5 e 6** - só se aplicam às pessoas de 6 anos ou mais

- **Questão 4** - número de anos de estudos frequentados.

- **Questão 5** -

1.	Sim
2.	Não

- **Questão 6** - considerar os seguintes códigos correspondentes:

Curso	Série	Código
1º grau	1	1
	2	2
	3	3
	4	4
	5	5
	6	6
	7	7
	8	8
2º grau	1	9
	2	10
	3	11
Superior	1	12
	2	13
	3	14
	4	15

Não frequentou curso		0

- **Questões 7 e 8** - devem ser preenchidas para todos os adultos e para as crianças que trabalham.

Questão 7 -

1.	Sim
2.	Não

Questão 8 - renda em Reais

Questão 9 - local de nascimento: Estado, Município

Questão 10 - local de residência anterior (se migrante): Estado, Município. Se o Município for Vitória, colocar o Bairro.

Questão 11 - Tempo de residência no Bairro.

Questão 12 -

1.	Sim
2.	Não

Questão 13 - Número de cômodos da residência

Questão 14 -

1.	Sim
2.	Não

Questão 15 -

1.	Sim
2.	Não

Questão 16 - número de óbito de criança com menos de 1 ano de idade

Questão 17 - número total de filhos nascidos vivos

Questão 18 - filhos ainda vivos.